

Relatório Completo 01/12/2015 às 22:30:00

Total de (133) Proposições.

PRS 55/2015

Autor: Senador Randolfe Rodrigues

Relator: aguarda designação

Status: em análise

Tema: Tributação

Prioridade: Sim

Notas Técnicas: Não

Foco	Redução do ICMS do QAV modificado em 26/11/2015 às 16:11
O que é	Fixa alíquota máxima para cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) incidente nas operações internas com querosene de aviação. modificado em 26/11/2015 às 16:11
Situação	19/11/2015 - Comissão de Assuntos Econômicos 19/11/2015 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR modificado em 26/11/2015 às 16:11
Nossa Posição	modificado em 26/11/2015 às 16:11

PLS 660/2015

Autor: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Configuração de Aeronaves

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para determinar que, no mercado interno de aviação, somente poderão ser usadas aeronaves com até 15 (quinze) anos de operação e para proibir a importação de aeronaves com mais de 3 (anos) de operação. modificado em 20/11/2015 às 11:07
O que é	Altera o Código Brasileiro de Aeronáutica, para determinar que, no mercado interno de aviação, somente poderão ser usadas aeronaves com até 15 (quinze) anos de operação e para proibir a importação de aeronaves com mais de 3 (anos) de operação. modificado em 20/11/2015 às 11:07
Situação	09/10/2015 - CCJC - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR modificado em 20/11/2015 às 11:07
Nossa Posição	DIVERGENTE A vida em fadiga das aeronaves operadas pelas empresas aéreas RBAC 121 é superior a 30 anos. Cabe às empresas decidir quanto ao balanceamento entre os custos operacionais e o custo de capital (ownership), que é proporcional à idade da aeronave. A idade média da frota das associadas da ABEAR é de 6,7 anos, o que significa que continuamos importando aeronaves com mais de 3 anos de fabricação. Por outro lado, pode ser desejável prolongar a vida de algumas aeronaves, o que significa que também o limite de 15 anos pode ser ultrapassado. modificado em 25/11/2015 às 16:09

PL 3570/2015

Autor: Carlos Bezerra - PMDB/MT

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	cobrança por excesso de peso de bagagem modificado em 17/11/2015 às 11:10
O que é	Altera a Lei nº 11.182, de 2005, que dispõe sobre a cobrança por excesso de peso de bagagem. modificado em 17/11/2015 às 11:10
Situação	10/nov - apresentação da proposição 17/nov - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Às Comissões de Viação e Transportes e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, IIProposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária modificado em 17/11/2015 às 11:10
Nossa Posição	DIVERGENTE A proposição tem por finalidade fixar procedimento de cobrança por excesso de peso de bagagem no transporte aéreo. No entanto, as empresas aéreas brasileiras oferecem, no ato da comercialização da passagem, a opção de compra antecipada de excesso de peso de bagagem com valores fixos e pré-informados. Em caso do excesso ser detectado apenas no momento do check-in não é possível aferir o valor antecipadamente, pois a atual norma que regula essa informação (PORTARIA Nº 676/GC-5, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2000), determina que a cobrança seja feita sobre a tarifa básica aplicável a etapa. Porém, devido as condições atuais de liberdade tarifária não é possível definir o valor antecipadamente, devido a flutuação das tarifas. Apesar da proposição não estabelecer ônus às empresas aéreas, entende-se que a mesma fere as questões regulatórias existentes. Finalmente, este tema inclui-se na pauta de discussão das condições gerais de transporte visando a flexibilização da franquia de bagagem. modificado em 25/11/2015 às 16:07

PL 3441/2015

Autor: Arthur Virgílio Bisneto - PSDB/AM

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	Altera o prazo de validade do bilhete de passagem aérea. modificado em 03/11/2015 às 17:49
-------------	---

O que é	Altera o prazo de validade do bilhete de passagem aérea de 1 para 2 anos. modificado em 03/11/2015 às 17:50
Situação	modificado em 03/11/2015 às 17:49
Nossa Posição	DIVERGENTE
	Certamente a posição das empresas aéreas será contrária ao aumento do prazo de validade do bilhete.
	Sugerimos que elas sejam ouvidas a respeito, e que nos forneçam elementos para justificarmos nossa posição contrária ao PL, que nos servirão de base para elaborarmos a Nota Técnica a ser apresentada na Câmara.
	modificado em 26/11/2015 às 09:58

PL 3441/2015

Autor: Arthur Virgílio Bisneto - PSDB/AM

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	Altera o prazo de validade do bilhete de passagem aérea. modificado em 03/11/2015 às 17:49
O que é	Altera o prazo de validade do bilhete de passagem aérea de 1 para 2 anos. modificado em 03/11/2015 às 17:50
Situação	28/10/2015 - Apresentação do Projeto de Lei n. 3441/2015, pelo Deputado Arthur Virgílio Bisneto modificado em 03/11/2015 às 17:50
Nossa Posição	DIVERGENTE
	Certamente a posição das empresas aéreas será contrária ao aumento do prazo de validade do bilhete.
	Sugerimos que elas sejam ouvidas a respeito, e que nos forneçam elementos para justificarmos nossa posição contrária ao PL, que nos servirão de base para elaborarmos a Nota Técnica a ser apresentada na Câmara.
	modificado em 26/11/2015 às 09:58

PL 3338/2015

Autor: Dep. Geovania de Sá - PSDB/SC

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento **Tema:** Outros Projetos **Prioridade:** Não **Notas Técnicas:** Não

Foco	Transporte de cadáveres modificado em 23/10/2015 às 11:32
O que é	Dispõe sobre a gratuidade do traslado de cadáveres ou restos mortais de brasileiro nato ou naturalizado, reconhecidamente pobre, falecido no exterior. modificado em 23/10/2015 às 11:32
Situação	20/ou5/15 - Apresentação do Projeto de Lei n. 3338/2015, pela Deputada Geovania de Sá (PSDB-SC), que: "Dispõe sobre a gratuidade do traslado de cadáveres ou restos mortais de brasileiro nato ou naturalizado, reconhecidamente pobre, falecido no exterior modificado em 23/10/2015 às 11:32
Nossa Posição	O PL atribui à União a responsabilidade pelas providências para o traslado de cadáveres ou restos mortais de brasileiro falecido no exterior, atribuindo-lhe, também, as despesas para a efetivação do traslado. Não está prevista qualquer responsabilidade por parte de empresa aérea. modificado em 25/11/2015 às 16:10

PL 3338/2015

Autor: Dep. Geovania de Sá - PSDB/SC

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento **Tema:** Outros Projetos **Prioridade:** Não **Notas Técnicas:** Não

Foco	Transporte de cadáveres modificado em 23/10/2015 às 11:32
O que é	Dispõe sobre a gratuidade do traslado de cadáveres ou restos mortais de brasileiro nato ou naturalizado, reconhecidamente pobre, falecido no exterior. modificado em 23/10/2015 às 11:32
Situação	28/10/2015 - Às Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania. Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões. Regime de Tramitação: Ordinária. modificado em 04/11/2015 às 11:16
Nossa Posição	O PL atribui à União a responsabilidade pelas providências para o traslado de cadáveres ou restos mortais de brasileiro falecido no exterior, atribuindo-lhe, também, as despesas para a efetivação do traslado. Não está prevista qualquer responsabilidade por parte de empresa aérea. modificado em 25/11/2015 às 16:10

MP 693/2015

Autor: Externo - Presidente da República

Relator: Sen. Manoel Junior e Sen. Telmário Mota (Relator Revisor)

Status: em análise

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	<p>aviação regional</p> <p>modificado em 21/10/2015 às 16:53</p>
O que é	<p>emenda apresentada pelo Deputado Ricardo Barros PP/PR que acrescenta ao texto ?Art..... Ficam criadas as Linhas Pioneiras, com garantia de exploração exclusiva para as operadoras regionais, pelo período de 10 (dez) anos, que irão executar a ligação de transporte aéreo regular enquadrado como rota de baixa densidade de tráfego e que não esteja sendo operada comercialmente até a data da publicação desta Medida Provisória, vedado recebimento de subsídio federal de que trata a lei nº 13.097 de 2015. Parágrafo único ? As empresas que irão operar as linhas pioneiras, serão regionais, cuja função será de alimentar as linhas comerciais em atuação no país, seja por acordo de cooperação (code share), seja por contrato de prestação de serviços e terão características, regulação e consequentemente custos diferentes das atuais linhas comerciais, que não poderão operar estas linhas no mesmo CNPJ.</p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>A consolidação de linhas regionais demanda subsídio, seja do poder público, no espírito desta Medida provisória, quando há aporte de valores para sustentar a operação destas linhas, seja por aporte do empresário, que opera a linha com prejuízo, até sua maturação, mas que em seguida lucra com a rota consolidada, devido a seu caráter de exclusividade como pioneiro na linha por período de dez anos, quando então outras empresas regionais poderão solicitar operação no mesmo trecho.</p> <p>A presidenta Dilma anunciou e está investindo recursos do FNAC em aeroportos regionais, que correm sério risco de serem inaugurados e não terem operação de linhas comerciais.</p> <p>Nos últimos anos, mais de cem aeroportos brasileiros que operavam linhas comerciais, hoje não operam. As linhas pioneiras são a forma de fomentar a retomada da operação comercial nestes aeroportos e em outros, sem que haja investimento, direto de recursos públicos, mas sim uma regulação adequada e eficiente que estimule a iniciativa privada a integrar brasileiros através da aviação comercial.</p> <p>São linhas pioneiras, aquelas que não estejam sendo operadas comercialmente até a data da publicação desta Medida Provisória."</p> <p>modificado em 21/10/2015 às 16:53</p>
Situação	<p>14/10/2015 - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS</p> <p>14/10/2015 - MATÉRIA COM A RELATORIA</p> <p>modificado em 21/10/2015 às 16:53</p>
Nossa Posição	<p>modificado em 21/10/2015 às 16:53</p>

PLS 642/2015

Autor: Senador Magno Malta

Relator:

Status: encerrado

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	programas para incentivo à fidelidade de clientes modificado em 30/09/2015 às 15:53
O que é	Estabelece que, nos programas para incentivo à fidelidade de clientes por acúmulo de bonificações ao consumir determinados produtos ou serviços, os consumidores deverão ser informados com 90 dias de antecedência sobre qualquer alteração no regulamento. Determina que as bonificações são pessoais e intransferíveis, salvo em caso de sucessão ou herança, e não poderão ter prazo máximo de validade. modificado em 30/09/2015 às 15:53
Situação	Prazo aberto 01/10/2015 - Recebimento de emendas perante as Comissões Último local: 25/09/2015 - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Último estado: 25/09/2015 - AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS modificado em 30/09/2015 às 15:53
Nossa Posição	modificado em 15/10/2015 às 16:24

PLS 642/2015

Autor: Senador Magno Malta

Relator:

Status: encerrado

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	programas para incentivo à fidelidade de clientes modificado em 30/09/2015 às 15:53
O que é	Estabelece que, nos programas para incentivo à fidelidade de clientes por acúmulo de bonificações ao consumir determinados produtos ou serviços, os consumidores deverão ser informados com 90 dias de antecedência sobre qualquer alteração no regulamento. Determina que as bonificações são pessoais e intransferíveis, salvo em caso de sucessão ou herança, e não poderão ter prazo máximo de validade. modificado em 30/09/2015 às 15:53
Situação	reuniao Stella Tahis mlklfkdf modificado em 08/10/2015 às 09:35
Nossa Posição	modificado em 15/10/2015 às 16:24

PLS 642/2015

Autor: Senador Magno Malta

Relator:

Status: encerrado

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	programas para incentivo à fidelidade de clientes modificado em 30/09/2015 às 15:53
O que é	Estabelece que, nos programas para incentivo à fidelidade de clientes por acúmulo de bonificações ao consumir determinados produtos ou serviços, os consumidores deverão ser informados com 90 dias de antecedência sobre qualquer alteração no regulamento. Determina que as bonificações são pessoais e intransferíveis, salvo em caso de sucessão ou herança, e não poderão ter prazo máximo de validade. modificado em 30/09/2015 às 15:53
Situação	modificado em 08/10/2015 às 09:36
Nossa Posição	modificado em 15/10/2015 às 16:24

PLS 612/2015

Autor: Senador Hélio José

Relator:

Status: encerrado

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	destinação do Fundo Nacional de Aviação Civil para indenização de danos causados por acidentes aéreos a terceiros na superfície. modificado em 30/09/2015 às 15:52
O que é	Altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para autorizar a utilização do Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC para pagamento de indenização de danos causados por acidentes aéreos a terceiros na superfície, assegurado o direito de regresso da União contra o proprietário ou o explorador da aeronave, os demais responsáveis e as respectivas companhias seguradoras. modificado em 30/09/2015 às 15:52
Situação	Último local: 24/09/2015 - Comissão de Assuntos Econômicos Último estado: 24/09/2015 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR modificado em 30/09/2015 às 15:52
Nossa Posição	modificado em 30/09/2015 às 15:52

PLC 124/2015

Autor: Deputado Carlos Bezerra (PMDB -MT)

Relator:

Status: encerrado **Tema:** Outros Projetos **Prioridade:** Não **Notas Técnicas:** Não

Foco	programas de fidelidade modificado em 30/09/2015 às 15:50
O que é	Dispõe sobre o tratamento dado aos pontos creditados em nome do consumidor por programas de fidelidade ou redes de programa de fidelidade, fixa os prazos prescricionais, as comunicações obrigatórias dos administradores e a penalidade por descumprimento da lei. modificado em 30/09/2015 às 15:50
Situação	Relator atual: Ronaldo Caiado Último local: 17/09/2015 - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Último estado: 17/09/2015 - MATÉRIA COM A RELATORIA modificado em 30/09/2015 às 15:50
Nossa Posição	modificado em 30/09/2015 às 15:50

PLS 336/2015

Autor: Senador Walter Pinheiro (PT/BA) **Relator:**

Status: em acompanhamento **Tema:** Outros Projetos **Prioridade:** Não **Notas Técnicas:** Não

Foco	Disciplina a atividade de lobby modificado em 30/09/2015 às 15:49
O que é	Disciplina a profissão de lobista e a atividade de lobby, que tem por objetivo favorecer ou contrariar, direta ou indiretamente, interesse próprio ou de pessoa física ou jurídica, ente de direito público ou grupo de pressão ou de interesse, ou de qualquer forma influenciar a tomada de decisões administrativas, regulamentares e legislativas. modificado em 30/09/2015 às 15:49
Situação	Relator atual: Ricardo Ferraço Último local: 08/06/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Último estado: 08/06/2015 - MATÉRIA COM A RELATORIA modificado em 30/09/2015 às 15:49
Nossa Posição	Apesar de parecer de GV em 03/nov/2015, há interesse em acompanhar a matéria devido a atuação da ABEAR modificado em 03/11/2015 às 17:08

PLS 241/2015

Autor: Senador Ronaldo Caiado **Relator:**

Status: encerrado **Tema:** Outros Projetos **Prioridade:** Não **Notas Técnicas:** Não

Foco	fixar regras para a nomeação de diretor de agência reguladora modificado em 30/09/2015 às 15:48
O que é	Altera a Lei nº 9.986/00, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências, para fixar regras para a nomeação de diretor de agência reguladora. modificado em 30/09/2015 às 15:48
Situação	04/05/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Último estado: 04/05/2015 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR modificado em 30/09/2015 às 15:48
Nossa Posição	modificado em 30/09/2015 às 15:48

PLS 207/2015

Autor: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) **Relator:**

Status: encerrado **Tema:** Outros Projetos **Prioridade:** Não **Notas Técnicas:** Não

Foco	indicação de dirigentes de Agências Reguladoras modificado em 30/09/2015 às 15:46
O que é	Acrescenta parágrafos ao art. 10 da Lei nº 9.986/2000 (Lei de Gestão de Recursos Humanos das Agências Reguladoras), para determinar que as agências reguladoras terão Conselheiros ou Diretores para fins de substituição ou interinidade. Na falta de indicação pelo Presidente da República para cargo vago, em até 120 dias, o Senado Federal apreciará a escolha do dirigente interino, como se indicado fosse. modificado em 30/09/2015 às 15:46
Situação	01/09/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Último estado: 01/09/2015 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR modificado em 30/09/2015 às 15:46
Nossa Posição	modificado em 30/09/2015 às 15:46

PEC 40/2015

Autor: Senador Eunício Oliveira e outros **Relator:**

Status: encerrado **Tema:** Outros Projetos **Prioridade:** Não **Notas Técnicas:** Não

Foco	indicação de dirigentes de Agências Reguladoras modificado em 30/09/2015 às 15:45
-------------	--

O que é	Altera os arts. 52, inciso III, e 84, inciso XIV, e acrescenta parágrafo ao art. 84 da Constituição Federal, para estabelecer a aprovação prévia pelo Senado Federal da escolha de dirigentes de agências reguladoras, que serão nomeados pelo Presidente da República. Estabelece hipótese de transferência da competência de nomeação desses dirigentes para o Senado Federal. modificado em 30/09/2015 às 15:45
Situação	01/09/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Último estado: 01/09/2015 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR modificado em 30/09/2015 às 15:45
Nossa Posição	modificado em 30/09/2015 às 15:45

PLS 46/2013

Autor:	Senadora Vanessa Grazziotin			Relator:			
Status:	em acompanhamento	Tema:	Administração Aeroportuária	Prioridade:	Não	Notas Técnicas:	Não
Foco	instalação, nos aeroportos públicos, de sistema de vídeo destinado ao monitoramento da colocação das bagagens dos passageiros nas esteiras de restituição. modificado em 30/09/2015 às 15:41						
O que é	Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para determinar a instalação, nos aeroportos públicos, de sistema de vídeo destinado ao monitoramento da colocação das bagagens dos passageiros nas esteiras de restituição. modificado em 30/09/2015 às 15:41						
Situação	Relator atual: Paulo Paim Último local: 05/05/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Último estado: 05/05/2015 - PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO modificado em 30/09/2015 às 15:41						
Nossa Posição	modificado em 30/09/2015 às 15:41						

PLS 259/2012

Autor:	Senador Jorge Afonso Argello		Relator:				
Status:	em acompanhamento	Tema:	Relações de Consumo	Prioridade:	Não	Notas Técnicas:	Não
Foco	prioridade de atendimento modificado em 30/09/2015 às 15:39						
O que é	Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, para instituir a prioridade na ocupação de assentos em aeronaves em favor das pessoas que especifica.						

modificado em 30/09/2015 às 15:39

Situação

05/05/2015 - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Último estado:

05/05/2015 - AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO

modificado em 30/09/2015 às 15:39

Nossa Posição

DIVERGENTE

Trata-se de matéria recorrente, apresentada em diversos projetos de lei com a mesma finalidade, a maior parte deles objeto de regulamentos de execução já expedidos pela ANAC.

Sob o aspecto da priorização no atendimento, dela não decorre qualquer impacto negativo nas receitas das empresas associadas.

modificado em 03/11/2015 às 17:03

PL 3102/2015

Autor: Deputado Luis Tibé - PTdoB/MG

Relator:

Status: encerrado

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

alimentação em aeroportos

modificado em 30/09/2015 às 15:35

O que é

Dispõe sobre os preços da alimentação em aeroportos

modificado em 30/09/2015 às 15:35

Situação

25/09/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Viação e Transportes e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária

modificado em 30/09/2015 às 15:35

Nossa Posição

modificado em 30/09/2015 às 15:35

PL 3000/2015

Autor: Deputado Roberto Alves - PRB/SP

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Sim

Foco

indenizar o consumidor por cancelamento ou interrupção de voo, atraso da partida e preterição no embarque

modificado em 30/09/2015 às 15:34

O que é

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para estabelecer a obrigação de o transportador indenizar o consumidor por

cancelamento ou interrupção de voo, atraso da partida e preterição no embarque.
modificado em 30/09/2015 às 15:34

Situação

25/09/2015 - Apense-se à(ao) PL-4323/2012. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Urgência art. 155 RICD
modificado em 30/09/2015 às 15:34

Nossa Posição

DIVERGENTE

O projeto não prevê a exclusão da responsabilidade administrativa ou civil das empresas transportadoras nas hipóteses em que o cancelamento, a interrupção ou o atraso de voo decorra de qualquer outra circunstância imprevista ou imprevisível (força maior ou fato fortuito), implicando em prejuízo para a segurança jurídica das empresas aéreas e em potencial aumento de custos decorrente da ampliação dos riscos que serão impostos à atividade empresarial.
modificado em 03/11/2015 às 17:11

PL 2999/2015

Autor: Deputado Roberto Alves - PRB/SP

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Sim

Foco

comércio eletrônico
modificado em 30/09/2015 às 15:33

O que é

Veda o oferecimento, nos sítios oficiais das companhias aéreas na rede mundial de computadores ("internet"), de produtos e serviços não relacionados à aquisição de passagens aéreas e a comercialização de "assentos conforto" nas aeronaves.
modificado em 30/09/2015 às 15:33

Situação

24/09/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)
Às Comissões de Viação e Transportes; Defesa do Consumidor e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária
28/09/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT)
Recebimento pela CVT.
modificado em 30/09/2015 às 15:33

Nossa Posição

DIVERGENTE
O PL implica em indevida interferência na iniciativa privada, prejudicando a livre concorrência, as economias de escala e de escopo e a distribuição dos eventuais ganhos de produtividade aos próprios consumidores.
modificado em 03/11/2015 às 17:12

PL 2999/2015

Autor: Deputado Roberto Alves - PRB/SP

Relator:

Status: em acompanhamento **Tema:** Relações de Consumo **Prioridade:** Não **Notas Técnicas:** Sim

Foco	comércio eletrônico modificado em 30/09/2015 às 15:33
O que é	Veda o oferecimento, nos sítios oficiais das companhias aéreas na rede mundial de computadores ("internet"), de produtos e serviços não relacionados à aquisição de passagens aéreas e a comercialização de "assentos conforto" nas aeronaves. modificado em 30/09/2015 às 15:33
Situação	23/10/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 26/10/2015). 22/10/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - A Presidenta, Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ), avocou a relatoria desta proposição. modificado em 04/11/2015 às 11:08
Nossa Posição	DIVERGENTE O PL implica em indevida interferência na iniciativa privada, prejudicando a livre concorrência, as economias de escala e de escopo e a distribuição dos eventuais ganhos de produtividade aos próprios consumidores. modificado em 03/11/2015 às 17:12

PL 3011/2015

Autor: Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)

Relator:

Status: encerrado **Tema:** Regulação Tarifária **Prioridade:** Não **Notas Técnicas:** Não

Foco	Acrescenta itens ao anexo III da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que fixa os valores da Taxa de Fiscalização da Aviação Civil. modificado em 30/09/2015 às 15:30
O que é	Acrescenta itens ao anexo III da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que fixa os valores da Taxa de Fiscalização da Aviação Civil. modificado em 30/09/2015 às 15:30
Situação	25/09/2015 - Apense-se à(ao) PL-1233/2015. Por oportuno, determino que a CFT (mérito e art. 54 do RICD) seja incluída na composição da Comissão Especial que irá apreciar o PL 16/2015 e seus apensados. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Ordinária modificado em 30/09/2015 às 15:30
Nossa Posição	modificado em 30/09/2015 às 15:30

PL 2960/2015

Autor: Poder Executivo

Relator:

Status: encerrado

Tema: Tributação

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária modificado em 30/09/2015 às 15:29
O que é	Dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária de recursos, bens ou direitos de origem lícita não declarados, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País, e dá outras providências modificado em 30/09/2015 às 15:29
Situação	10/09/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD)Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Urgência art. 64 CFEm razão da distribuição por mais de três comissões de mérito, determino a criação de Comissão Especial, para apreciar a matéria, conforme art. 34, II, do RICD. 10/09/2015 - PLENÁRIO (PLEN) Prazo de emendamento em Plenário: 5 sessões a partir de 11/09/2015, em razão da Urgência Constitucional a este apresentada. modificado em 30/09/2015 às 15:29
Nossa Posição	modificado em 30/09/2015 às 15:29

PL 2845/2015

Autor: Deputada Mainha - SD/PI

Relator:

Status: encerrado

Tema: Configuração de Aeronaves

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	licenciamento e operação de veículos aéreos não tripulados (VANT"s) modificado em 30/09/2015 às 15:26
O que é	Dispõe sobre o licenciamento e operação de veículos aéreos não tripulados (VANT"s) e aeronaves remotamente pilotadas (ARP"s), bem como os aparelhos intitulados "DRONES", de emprego militar ou comercial, e dá outras providências. modificado em 30/09/2015 às 15:26
Situação	modificado em 30/09/2015 às 15:26
Nossa Posição	04/09/2015 - Apense-se à(ao) PL-16/2015. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Ordinária modificado em 30/09/2015 às 15:26

PL 16/2015

Autor: Deputado Otavio Leite - PSDB/RJ

Relator:

Status: encerrado

Tema: Configuração de Aeronaves

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	licenciamento e operação de veículos aéreos não tripulados (VANT"s) modificado em 30/09/2015 às 15:24
O que é	Estabelece regras sobre o licenciamento e operação de veículos aéreos não tripulados (VANT"s) e aeronaves remotamente pilotadas (ARP"s), bem como os aparelhos intitulados "DRONES", e dá outras providências. modificado em 30/09/2015 às 15:24
Situação	06/02/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; Viação e Transportes; Relações Exteriores e de Defesa Nacional e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD)Em razão da distribuição a mais de três Comissões de mérito, consoante o que dispõe o art. 34, inciso II, do RICD, decido pela criação de Comissão Especial. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Ordinária modificado em 30/09/2015 às 15:24
Nossa Posição	modificado em 30/09/2015 às 15:24

PL 2969/2015

Autor: Deputado Newton Cardoso Jr - PMDB/MG

Relator:

Status: encerrado

Tema: Configuração de Aeronaves

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	veículos aéreos não tripulados de emprego militar modificado em 30/09/2015 às 15:19
O que é	Esta lei torna obrigatório o registro de veículos aéreos não tripulados (VANT) de emprego militar. modificado em 30/09/2015 às 15:19
Situação	29/09/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Indeferido o Requerimento n. 3.022/2015, conforme despacho do seguinte teor: " Declaro prejudicado, nos termos do art. 164, I, do RICD, o Requerimento n. 3.022/2015, tendo em vista que o Projeto de Lei n. 2.969/2015 e o Projeto de Lei n. 16/2015 já tramitam conjuntamente. Publique-se. Oficie-se." modificado em 30/09/2015 às 15:19
Nossa Posição	modificado em 30/09/2015 às 15:19

PEC 107/2015

Autor: Senadora Lucia Vania (PSB/GO) e outros

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Tributação

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	amplia a base de incidência do ICMS na importação de bens Agora PEC 150/2015 (Câmara) modificado em 14/10/2015 às 15:45
O que é	Permite a incidência do ICMS na entrada de bem proveniente do exterior, ainda que a importação seja relativa à operação de arrendamento mercantil com ou sem possibilidade de transferência ulterior de propriedade. modificado em 29/09/2015 às 12:48
Situação	28/09/2015 - CCJ - 28/09/2015 - INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO modificado em 29/09/2015 às 12:48
Nossa Posição	DIVERGENTE Atualmente, se não houver transferência de propriedade do bem arrendado, não há incidência do ICMS, pois o leasing configura locação do bem, não havendo modificação da propriedade. Essa opção de leasing é adotada por todas as nossas associadas. Portanto, a PDC é altamente prejudicial às empresas aéreas. modificado em 29/09/2015 às 12:48

PEC 107/2015

Autor: Senadora Lucia Vania (PSB/GO) e outros

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Tributação

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	amplia a base de incidência do ICMS na importação de bens Agora PEC 150/2015 (Câmara) modificado em 14/10/2015 às 15:45
O que é	Permite a incidência do ICMS na entrada de bem proveniente do exterior, ainda que a importação seja relativa à operação de arrendamento mercantil com ou sem possibilidade de transferência ulterior de propriedade. modificado em 29/09/2015 às 12:48
Situação	24/09/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Recebido, às 14h10min, o Relatório do Senador Lindbergh Farias, com voto favorável à Proposta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão. 16/09/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - O Presidente da Comissão, Senador José Maranhão, designa Relator da matéria o Senador Lindbergh Farias. modificado em 30/09/2015 às 14:45

Nossa Posição	DIVERGENTE
	Atualmente, se não houver transferência de propriedade do bem arrendado, não há incidência do ICMS, pois o leasing configura locação do bem, não havendo modificação da propriedade.
	Essa opção de leasing é adotada por todas as nossas associadas. Portanto, a PDC é altamente prejudicial às empresas aéreas.
	modificado em 29/09/2015 às 12:48

PL 1458/2015

Autor:	Deputado Lucio Vieira Lima - PMDB/BA	Relator:	
Status:	em acompanhamento	Tema:	Configuração de Aeronaves
		Prioridade:	Não
		Notas Técnicas:	Sim

Foco	modificado em 29/09/2015 às 12:46
O que é	"Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de circuito interno de câmera de vídeo, como equipamento obrigatório de segurança em aeronaves pertencentes às empresas brasileiras de aviação comercial e dá outras providências". modificado em 29/09/2015 às 12:46
Situação	modificado em 29/09/2015 às 12:46
Nossa Posição	DIVERGENTE Devido a inconstitucionalidade, conforme nota técnica anexada ao projeto, bem como por questões técnicas que impedem o cumprimento do prazo estipulado pela lei, que prevê a instalação das câmeras e renovação da frota em 180 dias, o que levaria a necessidade de nova homologação das aeronaves. modificado em 19/10/2015 às 15:04

PL 1458/2015

Autor:	Deputado Lucio Vieira Lima - PMDB/BA	Relator:	
Status:	em acompanhamento	Tema:	Configuração de Aeronaves
		Prioridade:	Não
		Notas Técnicas:	Sim

Foco	modificado em 29/09/2015 às 12:46
O que é	"Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de circuito interno de câmera de vídeo, como equipamento obrigatório de segurança em aeronaves pertencentes às empresas brasileiras de aviação comercial e dá outras providências". modificado em 29/09/2015 às 12:46

Situação	15/out - Comissão de Viação e Transportes (CVT)
	Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CVT, pela Deputada Clarissa Garotinho (PR-RJ). Inteiro teor Parecer da Relatora, Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ), pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 2.602/2015, apensado
	modificado em 19/10/2015 às 15:06
Nossa Posição	DIVERGENTE
	Devido a inconstitucionalidade, conforme nota técnica anexada ao projeto, bem como por questões técnicas que impedem o cumprimento do prazo estipulado pela lei, que prevê a instalação das câmeras e renovação da frota em 180 dias, o que levaria a necessidade de nova homologação das aeronaves.
	modificado em 19/10/2015 às 15:04

PL 1458/2015

Autor:	Deputado Lucio Vieira Lima - PMDB/BA		Relator:	
Status:	em acompanhamento	Tema:	Configuração de Aeronaves	Prioridade: Não
		Notas Técnicas:		Sim
Foco	modificado em 29/09/2015 às 12:46			
	"Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de circuito interno de câmera de vídeo, como equipamento obrigatório de segurança em aeronaves pertencentes às empresas brasileiras de aviação comercial e dá outras providências".			
	modificado em 29/09/2015 às 12:46			
Situação	28/10/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Vista ao Deputado Hugo Leal PROS/RJ.			
	21/10/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Retirado de pauta, de ofício.			
	15/10/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Parecer da Relatora, Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ), pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 2.602/2015, apensado.			
	modificado em 04/11/2015 às 10:59			
Nossa Posição	DIVERGENTE			
	Devido a inconstitucionalidade, conforme nota técnica anexada ao projeto, bem como por questões técnicas que impedem o cumprimento do prazo estipulado pela lei, que prevê a instalação das câmeras e renovação da frota em 180 dias, o que levaria a necessidade de nova homologação das aeronaves.			
	modificado em 19/10/2015 às 15:04			

PL 2303/2015

Autor:	Deputado Aureo - SD/RJ	Relator:	Dep. Clarissa Garotinho (PR/RJ)
---------------	------------------------	-----------------	---------------------------------

Status: encerrado **Tema:** Outros Projetos **Prioridade:** Não **Notas Técnicas:** Não

Foco

modificado em 29/09/2015 às 12:37

O que é

Dispõe sobre a inclusão das moedas virtuais e programas de milhagem aéreas na definição de "arranjos de pagamento" sob a supervisão do Banco Central

modificado em 29/09/2015 às 12:37

Situação

modificado em 29/09/2015 às 12:37

Nossa Posição

Gv - 18/set /15 - Sugerimos que as empresas sejam ouvidas a respeito.

modificado em 26/11/2015 às 15:10

PL 3372/1997

Autor: Deputada Marinha Raupp - PSDB/RO

Relator:

Status: em acompanhamento **Tema:** Outros Projetos **Prioridade:** Não **Notas Técnicas:** Não

Foco

prioridade de atendimento
modificado em 16/10/2015 às 15:59

O que é

Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência física e aos idosos no sistema de transporte público coletivo intermunicipal.

modificado em 29/09/2015 às 12:35

Situação

modificado em 29/09/2015 às 12:35

Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 12:35

PL 838/2011

Autor: Deputado Felipe Bornier - PHS/RJ

Relator:

Status: em acompanhamento **Tema:** Relações de Consumo **Prioridade:** Não **Notas Técnicas:** Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 12:34
O que é	Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que "Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica", para vedar a cobrança pelo consumo de água potável nas aeronaves comerciais. modificado em 29/09/2015 às 12:34
Situação	modificado em 29/09/2015 às 12:34
Nossa Posição	DIVERGENTE
	<p>O Substitutivo apresentado pelo Relator na CVT obriga o fornecimento gratuito de água potável aos passageiros nas viagens realizadas por veículos, embarcações ou aeronaves com origem ou destino no território nacional, operados por empresas que prestam serviço de transporte público terrestre, interestadual ou internacional, aquaviário ou aéreo, como medida preventiva para eliminar a possibilidade de venda de água potável, tal como já vem ocorrendo na Europa e nos Estados Unidos da América, por empresas de baixo custo.</p> <p>modificado em 03/11/2015 às 16:57</p>

PL 838/2011

Autor: Deputado Felipe Bornier - PHS/RJ

Relator:

Status: em acompanhamento **Tema:** Relações de Consumo **Prioridade:** Não **Notas Técnicas:** Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 12:34
O que é	Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que "Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica", para vedar a cobrança pelo consumo de água potável nas aeronaves comerciais. modificado em 29/09/2015 às 12:34
Situação	<p>12/02/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</p> <p>Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-380/2015</p> <p>modificado em 03/11/2015 às 16:58</p>
Nossa Posição	DIVERGENTE
	<p>O Substitutivo apresentado pelo Relator na CVT obriga o fornecimento gratuito de água potável aos passageiros nas viagens realizadas por veículos, embarcações ou aeronaves com origem ou destino no território nacional, operados por empresas que prestam serviço de transporte público terrestre,</p>

interestadual ou internacional, aquaviário ou aéreo, como medida preventiva para eliminar a possibilidade de venda de água potável, tal como já vem ocorrendo na Europa e nos Estados Unidos da América, por empresas de baixo custo.

modificado em 03/11/2015 às 16:57

PDC 812/2013

Autor: Deputado Jovair Arantes - PTB/GO

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Administração Aeroportuária

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	concessão de áreas operacionais aeroportos da rede INFRAERO modificado em 29/09/2015 às 12:33
O que é	Susta os efeitos do Ato Administrativo INFRAERO nº 3139/PR/2012, de 18 de setembro de 2012, que institui procedimento normativo para a concessão de áreas operacionais destinadas às atividades próprias das empresas prestadoras de serviço aéreos públicos nos aeroportos da rede Infraero. modificado em 29/09/2015 às 12:33
Situação	08/02/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-145/2015. modificado em 29/09/2015 às 12:33
Nossa Posição	O Projeto de Decreto Legislativo busca sustar os efeitos o Ato Administrativo INFRAERO nº 3139/PR/2012, de 18 de setembro de 2012. O art. 7º do Ato dispensa as empresas aéreas regulares de licitação para a utilização de áreas aeroportuárias de seu interesse, mas estabelece tratamento diferenciado para as empresas aéreas não regulares. Além disto, estabelece que o valor mensal atribuído à concessão de área ou instalação será majorado em 50% (cinquenta por cento), sempre que ocorra a prestação de serviços a terceiros. GV - Excluir da agenda e do radar modificado em 26/11/2015 às 15:04

PLS 411/2015

Autor: Senador Ciro Nogueira (PP-PI)

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Sim

Foco	acompanhamento de cão guia modificado em 29/09/2015 às 12:26
O que é	Altera a Lei nº 11.126/2005, que dispõe sobre cão-guia, para estender aos portadores de outras deficiências o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo.

Classificação: relações

modificado em 29/09/2015 às 12:26

Situação

modificado em 29/09/2015 às 12:26

Nossa Posição

DIVERGENTE

O assunto, no âmbito do transporte aéreo, já está regulamentado pela ANAC, em sua Resolução 280, de 11 de julho de 2013, verbis:

Cão-Guia ou Cão-Guia de Acompanhamento

Art. 29. O PNAE usuário de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento pode ingressar e permanecer com o animal no edifício terminal de passageiros e na cabine da aeronave, mediante apresentação de identificação do cão-guia e comprovação de treinamento do usuário.

§ 1º O cão-guia ou o cão-guia de acompanhamento devem ser transportados gratuitamente no chão da cabine da aeronave, em local adjacente ao de seu dono e sob seu controle, desde que equipado com arreio, dispensado o uso de focinheira.

§ 2º O cão-guia ou o cão-guia de acompanhamento devem ser acomodados de modo a não obstruir, total ou parcialmente, o corredor da aeronave.

§ 3º O cão-guia ou o cão-guia de acompanhamento em fase de treinamento devem ser admitidos na forma do caput quando em companhia de treinador, instrutor ou acompanhante habilitado.

§ 4º O operador aéreo não é obrigado a oferecer alimentação ao cão-guia ou ao cão-guia de acompanhamento, sendo esta responsabilidade do passageiro.

Art. 30. Para o transporte de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento em aeronave, devem ser cumpridas as exigências das autoridades sanitárias nacionais e do país de destino, quando for o caso.

modificado em 29/10/2015 às 11:26

PLS 411/2015

Autor: Senador Ciro Nogueira (PP-PI)

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Sim

Foco

acompanhamento de cão guia
modificado em 29/09/2015 às 12:26

O que é

Altera a Lei nº 11.126/2005, que dispõe sobre cão-guia, para estender aos portadores de outras deficiências o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo.

Classificação: relações

modificado em 29/09/2015 às 12:26

Situação	21/10/2015 - CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - Recebido Relatório da Senadora Fátima Bezerra PT/RN com voto pela aprovação da matéria com uma Emenda que apresenta. modificado em 04/11/2015 às 11:28
Nossa Posição	DIVERGENTE O assunto, no âmbito do transporte aéreo, já está regulamentado pela ANAC, em sua Resolução 280, de 11 de julho de 2013, verbis: Cão-Guia ou Cão-Guia de Acompanhamento Art. 29. O PNAE usuário de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento pode ingressar e permanecer com o animal no edifício terminal de passageiros e na cabine da aeronave, mediante apresentação de identificação do cão-guia e comprovação de treinamento do usuário. § 1º O cão-guia ou o cão-guia de acompanhamento devem ser transportados gratuitamente no chão da cabine da aeronave, em local adjacente ao de seu dono e sob seu controle, desde que equipado com arreio, dispensado o uso de focinheira. § 2º O cão-guia ou o cão-guia de acompanhamento devem ser acomodados de modo a não obstruir, total ou parcialmente, o corredor da aeronave. § 3º O cão-guia ou o cão-guia de acompanhamento em fase de treinamento devem ser admitidos na forma do caput quando em companhia de treinador, instrutor ou acompanhante habilitado. § 4º O operador aéreo não é obrigado a oferecer alimentação ao cão-guia ou ao cão-guia de acompanhamento, sendo esta responsabilidade do passageiro. Art. 30. Para o transporte de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento em aeronave, devem ser cumpridas as exigências das autoridades sanitárias nacionais e do país de destino, quando for o caso. modificado em 29/10/2015 às 11:26

PLS 394/2013

Autor:	Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ)	Relator:	
Status:	em acompanhamento	Tema:	Relações de Consumo
		Prioridade:	Não
		Notas Técnicas:	Não
Foco	comércio eletrônico modificado em 29/09/2015 às 12:24		
O que é	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para estabelecer regras à prestação de informações por parte do consumidor no âmbito do comércio eletrônico e dá outras providências. Altera o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), para determinar que, nas transações via internet, as empresas não poderão exigir do consumidor informações pessoais além de nome, endereço, número de telefone, de CPF ou CNPJ ou carteira de identidade e dados do cartão de crédito ou débito, quando for a forma de pagamento, sob pena de bloqueio do domínio da respectiva		

página eletrônica na internet.

modificado em 29/09/2015 às 12:24

Situação

modificado em 29/09/2015 às 12:24

Nossa Posição

DIVERGENTE

Recomenda-se a rejeição do PLS, inclusive porque matéria idêntica foi objeto de exame pela Comissão de Modernização do CDC, no âmbito dos PLSs 281, 282 e 283/12, a qual conferiu tratamento adequado à mesma.

modificado em 03/11/2015 às 16:59

PLS 394/2013

Autor: Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ)

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

comércio eletrônico
modificado em 29/09/2015 às 12:24

O que é

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para estabelecer regras à prestação de informações por parte do consumidor no âmbito do comércio eletrônico e dá outras providências.

Altera o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), para determinar que, nas transações via internet, as empresas não poderão exigir do consumidor informações pessoais além de nome, endereço, número de telefone, de CPF ou CNPJ ou carteira de identidade e dados do cartão de crédito ou débito, quando for a forma de pagamento, sob pena de bloqueio do domínio da respectiva página eletrônica na internet.

modificado em 29/09/2015 às 12:24

Situação

08/09/2015 - Encaminhado à publicação o Parecer nº 698, de 2015 ? CCJ, Relator Senador Ricardo Ferraço, pela aprovação dos PLS 281/2012 e 283/2012, com acolhimento das emendas nº 35 e 44 (rejeição das emendas nº 33 e 34). 02/09/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Na 23ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Relatório do Senador Ricardo Ferraço, que passa a constituir o Parecer da CCJ

10

favorável ao PLS 281/2012, nos termos da Emenda nº 36-CCJ (Substitutivo), e ao PLS 283/2012, nos termos da Emenda nº 45-CCJ (Substitutivo), e: - pelo acolhimento da Emenda nº 35 ao PLS 281/2012 e da Emenda nº 44 ao PLS 283/2012; - pela rejeição das Emendas nº 33 e 34 ao PLS 281/2012; - pela prejudicialidade dos seguintes projetos de lei anexados: PLS 6/2011, PLS 271/2011, PLC 106/2011, PLS 439/2011, PLS 222/2012 e PLS 371/2012; - com voto contrário aos seguintes projetos de lei anexados: PLS 458/2012 e PLS 277/2013; - pelo acolhimento das ideias básicas, que passam a integrar os Substitutivos, dos seguintes projetos de lei anexados: PLS 197/2012, PLS 394/2013 e

PLS 509/2013; e - pelo desapensamento dos seguintes projetos: PLS 65/2011, PLS 452/2011, PLS 460/2011, PLS 463/2011, PLS 470/2011, PLS 97/2012, PLS 209/2012, PLS 397/2012, PLS 413/2012, PLS 457/2012, PLS 459/2012, PLS 464/2012, PLS 24/2013 e PLS 392/2013. Aprovado o Requerimento nº 19, de 2015-CCJ, de urgência para matéria. À SCLSF, para prosseguimento da tramitação.

modificado em 30/09/2015 às 14:36

Nossa Posição

DIVERGENTE

Recomenda-se a rejeição do PLS, inclusive porque matéria idêntica foi objeto de exame pela Comissão de Modernização do CDC, no âmbito dos PLSs 281, 282 e 283/12, a qual conferiu tratamento adequado à mesma.

modificado em 03/11/2015 às 16:59

PL 2724/2015

Autor: Deputado Carlos Eduardo Cadoca (PMDB-PE)

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Capital Estrangeiro

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

capital estrangeiro

modificado em 29/09/2015 às 12:22

O que é

Eleva a participação do capital estrangeiro com direito a voto nas empresas de transporte aéreo.

modificado em 29/09/2015 às 12:22

Situação

23/09/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT)

Apresentação do Requerimento n. 107/2015, pela Deputada Clarissa Garotinho (PR-RJ), que:

"Requer a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei n. 2.724/2015, do Sr. Carlos Eduardo Cadoca que modifica o artigo 181 da Lei 7565, de 1986, para elevar a participação do capital estrangeiro com direito a voto das empresas de transporte aéreo". Inteiro teor

Aprovado requerimento da Sra. Clarissa Garotinho que requer a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei n. 2.724/2015, do Sr. Carlos Eduardo Cadoca que modifica o artigo 181 da Lei 7565, de 1986, para elevar a participação do capital estrangeiro com direito a voto das empresas de transporte aéreo.

Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.

modificado em 29/09/2015 às 12:22

Nossa Posição

CONVERGENTE, COM RESSALVAS

O PL sofre de grave inconsistência, pois propõe a alteração do art. 181 do CBA, fazendo referência ao instituto da ?autorização?, quando o art. 180 refere-se ao instituto da ?concessão?.

Existem outros projetos de lei, seja na Câmara, seja no Senado, com o mesmo objeto em melhores condições de redação e técnica legislativa.

modificado em 03/11/2015 às 17:14

PL 2724/2015

Autor: Deputado Carlos Eduardo Cadoca (PMDB-PE)

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Capital Estrangeiro

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	capital estrangeiro modificado em 29/09/2015 às 12:22
O que é	Eleva a participação do capital estrangeiro com direito a voto nas empresas de transporte aéreo. modificado em 29/09/2015 às 12:22
Situação	23/09/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Apresentação do Requerimento n. 107/2015, pela Deputada Clarissa Garotinho (PR-RJ), que: "Requer a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei n. 2.724/2015, do Sr. Carlos Eduardo Cadoca que modifica o artigo 181 da Lei 7565, de 1986, para elevar a participação do capital estrangeiro com direito a voto das empresas de transporte aéreo". Inteiro teor - Aprovado requerimento. - Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas. 11/09/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 14/09/2015). 10/09/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Designada Relatora, Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ). 08/09/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Recebimento pela CVT. Aguardando designação do relator. modificado em 30/09/2015 às 12:05
Nossa Posição	CONVERGENTE, COM RESSALVAS O PL sofre de grave inconsistência, pois propõe a alteração do art. 181 do CBA, fazendo referência ao instituto da ?autorização?, quando o art. 180 refere-se ao instituto da ?concessão?. Existem outros projetos de lei, seja na Câmara, seja no Senado, com o mesmo objeto em melhores condições de redação e técnica legislativa. modificado em 03/11/2015 às 17:14

PL 2191/2015

Autor: Deputado Takayama - PSC/PR

Relator: Dep. Clarissa Garotinho (PR/RJ)

Status: em acompanhamento

Tema: Configuração de Aeronaves

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Sim

Foco	Dispõe sobre segurança de voo modificado em 29/09/2015 às 12:20
O que é	Cria a obrigatoriedade da exigência por parte das companhias aéreas que atuam em território nacional da presença de dois membros da tripulação na cabine de comando durante toda a duração do voo modificado em 29/09/2015 às 12:20

Situação	25/09/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-3045/2015. modificado em 29/09/2015 às 12:20
Nossa Posição	DIVERGENTE Trata-se de matéria já regulamentada pela ANAC, no uso de sua competência normativa, nos termos do inciso X do art. 8º da Lei nº 11.182, de 2005. Tratando-se de matéria regulamentar, entendemos que o assunto não deve ser objeto de lei. modificado em 29/09/2015 às 12:20

PL 2191/2015

Autor: Deputado Takayama - PSC/PR

Relator: Dep. Clarissa Garotinho (PR/RJ)

Status: em acompanhamento **Tema:** Configuração de Aeronaves **Prioridade:** Não **Notas Técnicas:** Sim

Foco	Dispõe sobre segurança de voo modificado em 29/09/2015 às 12:20
O que é	Cria a obrigatoriedade da exigência por parte das companhias aéreas que atuam em território nacional da presença de dois membros da tripulação na cabine de comando durante toda a duração do voo modificado em 29/09/2015 às 12:20
Situação	28/10/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Não foram apresentadas emendas ao substitutivo. 16/10/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo. 16/10/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões a partir de 19/10/2015). 15/10/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Parecer da Relatora, Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ), pela aprovação deste e do PL 3.045/2015, apensado, com substitutivo. modificado em 04/11/2015 às 11:01
Nossa Posição	DIVERGENTE Trata-se de matéria já regulamentada pela ANAC, no uso de sua competência normativa, nos termos do inciso X do art. 8º da Lei nº 11.182, de 2005. Tratando-se de matéria regulamentar, entendemos que o assunto não deve ser objeto de lei. modificado em 29/09/2015 às 12:20

PL 274/2015

Autor: Deputado Rodrigo Maia (DEM/RJ)

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Sim

Foco

modificado em 29/09/2015 às 12:18

O que é

Altera a Lei nº 11.182, de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, atribuindo à entidade competência relacionada ao transporte de animais domésticos.

modificado em 29/09/2015 às 12:18

Situação

modificado em 29/09/2015 às 12:18

Nossa Posição

Apesar de posição GV (03/11/2015), manter na agenda.

A ANAC já tem competência para regulamentar o transporte de animais domésticos.

A matéria está regulamentada pela Portaria nº 676/GC-5, de 13 de novembro de 2000, que aprova as Condições Gerais de Transporte, arts. 45 a 47.

modificado em 03/11/2015 às 17:15

PL 274/2015

Autor: Deputado Rodrigo Maia (DEM/RJ)

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Sim

Foco

modificado em 29/09/2015 às 12:18

O que é

Altera a Lei nº 11.182, de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, atribuindo à entidade competência relacionada ao transporte de animais domésticos.

modificado em 29/09/2015 às 12:18

Situação

24/09/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Recebimento pela CCJC, com as proposições PL-534/2015, PL-921/2015 apensadas. Aguardando designação do relator.

23/09/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Aprovado por Unanimidade o Parecer.

09/09/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.

27/08/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões a partir de 28/08/2015).

26/08/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Parecer da Relatora, Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ), pela aprovação deste, do PL 534/2015, e do PL 921/2015, apensados, com substitutivo. Inteiro teor

27/05/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas. 13/05/2015 - Comissão de Viação e

28

Transportes (CVT) - A Presidenta, Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ), avocou a relatoria desta

proposição.

27/02/2015 - Às Comissões de Viação e Transportes e Constituição e Justiça e de Cidadania.
modificado em 30/09/2015 às 12:02

Nossa Posição

Apesar de posição GV (03/11/2015), manter na agenda.

A ANAC já tem competência para regulamentar o transporte de animais domésticos.

A matéria está regulamentada pela Portaria nº 676/GC-5, de 13 de novembro de 2000, que aprova as Condições Gerais de Transporte, arts. 45 a 47.

modificado em 03/11/2015 às 17:15

PL 96/2015

Autor: Deputado Alceu Moreira - PMDB/RS

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Tributação

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

modificado em 29/09/2015 às 12:17

O que é

Dispõe sobre a incidência das contribuições para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social nas operações de venda de gasolina de aviação.

modificado em 29/09/2015 às 12:17

Situação

24/09/2015 - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

Encaminhada solicitação ao Ministério da Fazenda.

modificado em 29/09/2015 às 12:17

Nossa Posição

INDIFERENTE

As empresas aéreas não se utilizam de gasolina de aviação, mas de querosene de aviação.
Sugerimos excluir o PL de nossa Agenda.

modificado em 29/09/2015 às 12:17

PL 96/2015

Autor: Deputado Alceu Moreira - PMDB/RS

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Tributação

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

modificado em 29/09/2015 às 12:17

O que é

Dispõe sobre a incidência das contribuições para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social nas operações de venda de gasolina de aviação.

modificado em 29/09/2015 às 12:17

Situação	22/10/2015 - Comissão de Finanças e Tributação (CFT) - Encaminhada cópia ao gabinete do relator. 21/10/2015 - Comissão de Finanças e Tributação (CFT) - Recebida resposta do Ministério da Fazenda. modificado em 04/11/2015 às 10:57
Nossa Posição	INDIFERENTE As empresas aéreas não se utilizam de gasolina de aviação, mas de querosene de aviação. Sugerimos excluir o PL de nossa Agenda. modificado em 29/09/2015 às 12:17

PL 7558/2014

Autor:	Flávia Moraes - PDT/GO	Relator:	
Status:	em acompanhamento	Tema:	Relações de Consumo
		Prioridade:	Não
		Notas Técnicas:	Não
Foco	modificado em 29/09/2015 às 12:13		
O que é	Acréscimo artigo ao Código Brasileiro de Aeronáutica, para dispor a respeito do transporte de carrinho de bebê em aeronave comercial. modificado em 29/09/2015 às 12:13		
Situação	modificado em 29/09/2015 às 12:13		
Nossa Posição	DIVERGENTE O PL implica em indevida interferência no princípio da liberdade tarifária, na qual se compreende, inclusive, a possibilidade de cobrança da bagagem transportada, seja ela qual for. modificado em 29/09/2015 às 12:14		

PL 7558/2014

Autor:	Flávia Moraes - PDT/GO	Relator:	
Status:	em acompanhamento	Tema:	Relações de Consumo
		Prioridade:	Não
		Notas Técnicas:	Não
Foco	modificado em 29/09/2015 às 12:13		
O que é	Acréscimo artigo ao Código Brasileiro de Aeronáutica, para dispor a respeito do transporte de carrinho de bebê em aeronave comercial. modificado em 29/09/2015 às 12:13		

Situação	23/09/2015 - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária Discutiram a Matéria: Dep. Chico Lopes (PCdoB-CE), Dep. Tenente Lúcio (PSB-MG), Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), Dep. Fabricio Oliveira (PSB-SC) e Dep. Ricardo Izar (PSD-SP). Aprovado o Parecer. modificado em 29/09/2015 às 12:14
Nossa Posição	DIVERGENTE O PL implica em indevida interferência no princípio da liberdade tarifária, na qual se compreende, inclusive, a possibilidade de cobrança da bagagem transportada, seja ela qual for. modificado em 29/09/2015 às 12:14

PL 7558/2014

Autor:	Flávia Moraes - PDT/GO	Relator:	
Status:	em acompanhamento	Tema:	Relações de Consumo
Prioridade:	Não	Notas Técnicas:	Não
Foco	modificado em 29/09/2015 às 12:13		
O que é	Acresce artigo ao Código Brasileiro de Aeronáutica, para dispor a respeito do transporte de carrinho de bebê em aeronave comercial. modificado em 29/09/2015 às 12:13		
Situação	23/09/2015 - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) - Discutiram a Matéria: Dep. Chico Lopes (PCdoB-CE), Dep. Tenente Lúcio (PSB-MG), Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), Dep. Fabricio Oliveira (PSB-SC) e Dep. Ricardo Izar (PSD-SP). Aprovado o Parecer. 01/09/2015 - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) - Parecer do Relator, Dep. Fabricio Oliveira (PSB-SC), pela aprovação. modificado em 30/09/2015 às 11:59		
Nossa Posição	DIVERGENTE O PL implica em indevida interferência no princípio da liberdade tarifária, na qual se compreende, inclusive, a possibilidade de cobrança da bagagem transportada, seja ela qual for. modificado em 29/09/2015 às 12:14		

PL 7558/2014

Autor:	Flávia Moraes - PDT/GO	Relator:	
Status:	em acompanhamento	Tema:	Relações de Consumo
Prioridade:	Não	Notas Técnicas:	Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 12:13
O que é	Acresce artigo ao Código Brasileiro de Aeronáutica, para dispor a respeito do transporte de carrinho de bebê em aeronave comercial. modificado em 29/09/2015 às 12:13
Situação	08/10/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) ? Aguardando designação do relator. modificado em 04/11/2015 às 10:42
Nossa Posição	DIVERGENTE O PL implica em indevida interferência no princípio da liberdade tarifária, na qual se compreende, inclusive, a possibilidade de cobrança da bagagem transportada, seja ela qual for. modificado em 29/09/2015 às 12:14

PL 3568/2008

Autor: Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Sim

Foco	modificado em 29/09/2015 às 12:10
O que é	Assegura o livre acesso do portador de deficiência visual a locais públicos e privados de quaisquer natureza, bem como em qualquer meio de transporte, acompanhado de seu cão guia. modificado em 29/09/2015 às 12:10
Situação	17/08/2015 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa das Pessoas com Deficiência Publicado no DCD de 18/08/2015, Letra B. modificado em 29/09/2015 às 12:10
Nossa Posição	DIVERGENTE O assunto, no âmbito do transporte aéreo, já está regulamentado pela ANAC, em sua Resolução 280, de 11 de julho de 2013, verbis: Cão-Guia ou Cão-Guia de Acompanhamento Art. 29. O PNAE usuário de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento pode ingressar e permanecer com o animal no edifício terminal de passageiros e na cabine da aeronave, mediante apresentação de identificação do cão-guia e comprovação de treinamento do usuário. § 1º O cão-guia ou o cão-guia de acompanhamento devem ser transportados gratuitamente no chão da cabine da aeronave, em local adjacente ao de seu dono e sob seu controle, desde que equipado com arreio, dispensado o uso de focinheira. § 2º O cão-guia ou o cão-guia de acompanhamento devem ser acomodados de modo a não obstruir, total ou parcialmente, o corredor da aeronave.

§ 3º O cão-guia ou o cão-guia de acompanhamento em fase de treinamento devem ser admitidos na forma do caput quando em companhia de treinador, instrutor ou acompanhante habilitado.

§ 4º O operador aéreo não é obrigado a oferecer alimentação ao cão-guia ou ao cão-guia de acompanhamento, sendo esta responsabilidade do passageiro.

Art. 30. Para o transporte de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento em aeronave, devem ser cumpridas as exigências das autoridades sanitárias nacionais e do país de destino, quando for o caso.

modificado em 03/11/2015 às 17:16

PL 2799/2000

Autor: Deputado Jair Bolsonaro (PPB/RJ)

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Aeronautas e Aeroviários

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

modificado em 29/09/2015 às 12:08

O que é

Inclui como crime o descumprimento de instrução recebida de tripulante que possa ameaçar a segurança da embarcação ou aeronave ou causar dano à saúde e à integridade das pessoas a bordo.

modificado em 29/09/2015 às 12:08

Situação

19/02/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-291/2015.

Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-291/2015

modificado em 29/09/2015 às 12:08

Nossa Posição

CONVERGENTE

Sem objeção à aprovação, recomendando-se o acompanhamento da tramitação.

modificado em 03/11/2015 às 17:17

PL 1500/2015

Autor: Deputado Rogerio Rosso (PSD/DF)

Relator: Deputada Clarissa Garotinho (PR/RJ)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Sim

Foco

Incluir no bilhete de passagem informações sobre riscos à saúde no transporte aéreo

Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 29/09/2015 às 12:02

O que é

Altera as Leis nº 7.183, de 05 de abril de 1984, e nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, para dispor sobre a obrigatoriedade da informação prévia aos passageiros sobre os serviços executados, os riscos à saúde e segurança, as medidas de prevenção, e a obrigatoriedade de atendimento médico de primeiros socorros durante voos em aeronaves comerciais, nacionais ou estrangeiras, que operem em território brasileiro.

modificado em 29/09/2015 às 12:02

Situação

CD - CVT, em 27/05/2015: A Presidenta, Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ), avocou a relatoria desta proposição nos termos do Art. 41, VI do RICD

modificado em 29/09/2015 às 12:02

Nossa Posição

DIVERGENTE

O PL altera os arts. 227 e 256 da Lei nº 7.565/86 (CBA) fundamentalmente para:

(i) obrigar as empresas transportadoras a incluírem no bilhete de passagem aérea informações sobre eventuais riscos à saúde e à segurança dos passageiros durante voos, bem como as contraindicações, ações e recomendações de prevenção; (ii) responsabilizar as empresas transportadoras por quaisquer complicações de saúde ao passageiro, causadas pela falta de informações prévias, ações e recomendações de prevenção, especialmente quanto aos riscos de trombose e embolia pulmonar em voos de longa duração; falta de atendimento médico de primeiros socorros, durante o voo ou procedimentos de embarque e desembarque de aeronave, defeitos relativos à prestação dos serviços de transporte aéreo, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

O autor justifica a proposição sob o argumento de que tem sido cada vez mais comum, não só no Brasil, a incidência de passageiros manifestando sintomas de trombose das veias profundas das pernas (TVP) e embolia pulmonar, especialmente durante a fase final de voos de longa duração ou na hora do desembarque e que tal fenômeno tem sido apelidado de "trombose do viajante" ou "síndrome da classe econômica", exatamente por acometer majoritariamente passageiros de voos com pouco espaço entre poltronas, especialmente quando ficam muito tempo sentados ou sem movimentar as pernas.

A imputação de responsabilidade por qualquer complicação de saúde do passageiro ou falta de atendimento médico à bordo da aeronave é incompatível com o regime legal estabelecido no Código Civil e no Código Brasileiro de Aeronáutica sobre a responsabilidade civil das empresas transportadoras por danos causados aos passageiros, além de contrariar as normas da Lei Complementar nº 93/95, que estabelece que o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar a lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa (Lei citada, art. 7º, IV).

A proposição, portanto, além de não atender os requisitos formais para sua viabilidade, implicará, se convertida em lei, em prejuízo para a segurança jurídica das empresas aéreas transportadoras e em potencial aumento de custos decorrente da ampliação dos riscos que serão impostos à atividade empresarial, com prejuízo para os consumidores.

modificado em 29/09/2015 às 12:02

PL 1500/2015

Autor: Deputado Rogerio Rosso (PSD/DF)

Relator: Deputada Clarissa Garotinho (PR/RJ)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Sim

Foco

Incluir no bilhete de passagem informações sobre riscos à saúde no transporte aéreo
Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 29/09/2015 às 12:02

O que é

Altera as Leis nº 7.183, de 05 de abril de 1984, e nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, para dispor sobre a obrigatoriedade da informação prévia aos passageiros sobre os serviços executados, os riscos à saúde e segurança, as medidas de prevenção, e a obrigatoriedade de atendimento médico de primeiros socorros durante voos em aeronaves comerciais, nacionais ou estrangeiras, que operem em território brasileiro.

modificado em 29/09/2015 às 12:02

Situação

18/09/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) ? Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões a partir de 21/09/2015).

17/09/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Parecer da Relatora, Dep. Clarissa 31

OBRIGAÇÃO ? INFORMAÇÃO - TROMBOSE

Garotinho (PR-RJ), pela aprovação, com substitutivo.

modificado em 30/09/2015 às 12:04

Nossa Posição

DIVERGENTE

O PL altera os arts. 227 e 256 da Lei nº 7.565/86 (CBA) fundamentalmente para:

(i) obrigar as empresas transportadoras a incluírem no bilhete de passagem aérea informações sobre eventuais riscos à saúde e à segurança dos passageiros durante voos, bem como as contraindicações, ações e recomendações de prevenção; (ii) responsabilizar as empresas transportadoras por quaisquer complicações de saúde ao passageiro, causadas pela falta de informações prévias, ações e recomendações de prevenção, especialmente quanto aos riscos de trombose e embolia pulmonar em voos de longa duração; falta de atendimento médico de primeiros socorros, durante o voo ou procedimentos de embarque e desembarque de aeronave, defeitos relativos à prestação dos serviços de transporte aéreo, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

O autor justifica a proposição sob o argumento de que tem sido cada vez mais comum, não só no Brasil, a incidência de passageiros manifestando sintomas de trombose das veias profundas das pernas (TVP) e embolia pulmonar, especialmente durante a fase final de voos de longa duração ou na hora do desembarque e que tal fenômeno tem sido apelidado de ?trombose do viajante? ou ?síndrome da classe econômica?, exatamente por acometer majoritariamente passageiros de voos

com pouco espaço entre poltronas, especialmente quando ficam muito tempo sentados ou sem movimentar as pernas.

A imputação de responsabilidade por qualquer complicação de saúde do passageiro ou falta de atendimento médico à bordo da aeronave é incompatível com o regime legal estabelecido no Código Civil e no Código Brasileiro de Aeronáutica sobre a responsabilidade civil das empresas transportadoras por danos causados aos passageiros, além de contrariar as normas da Lei Complementar nº 93/95, que estabelece que o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar a lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa (Lei citada, art. 7º, IV).

A proposição, portanto, além de não atender os requisitos formais para sua viabilidade, implicará, se convertida em lei, em prejuízo para a segurança jurídica das empresas aéreas transportadoras e em potencial aumento de custos decorrente da ampliação dos riscos que serão impostos à atividade empresarial, com prejuízo para os consumidores.

modificado em 29/09/2015 às 12:02

PL 1500/2015

Autor: Deputado Rogerio Rosso (PSD/DF)

Relator: Deputada Clarissa Garotinho (PR/RJ)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Sim

Foco

Incluir no bilhete de passagem informações sobre riscos à saúde no transporte aéreo
Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 29/09/2015 às 12:02

O que é

Altera as Leis nº 7.183, de 05 de abril de 1984, e nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, para dispor sobre a obrigatoriedade da informação prévia aos passageiros sobre os serviços executados, os riscos à saúde e segurança, as medidas de prevenção, e a obrigatoriedade de atendimento médico de primeiros socorros durante voos em aeronaves comerciais, nacionais ou estrangeiras, que operem em território brasileiro.

modificado em 29/09/2015 às 12:02

Situação

28/10/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Vista ao Deputado João Rodrigues PSD/SC.
21/10/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Retirado de pauta a requerimento de deputado Arnaldo Faria de Sá.
14/10/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Retirado de pauta a requerimento de deputado João Rodrigues PSD/SC.
07/10/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Retirado de pauta, de ofício.
modificado em 04/11/2015 às 11:00

Nossa Posição

DIVERGENTE

O PL altera os arts. 227 e 256 da Lei nº 7.565/86 (CBA) fundamentalmente para:

(i) obrigar as empresas transportadoras a incluírem no bilhete de passagem aérea informações sobre eventuais riscos à saúde e à segurança dos passageiros durante voos, bem como as contraindicações, ações e recomendações de prevenção; (ii) responsabilizar as empresas transportadoras por quaisquer complicações de saúde ao passageiro, causadas pela falta de informações prévias, ações e recomendações de prevenção, especialmente quanto aos riscos de trombose e embolia pulmonar em voos de longa duração; falta de atendimento médico de primeiros socorros, durante o voo ou procedimentos de embarque e desembarque de aeronave, defeitos relativos à prestação dos serviços de transporte aéreo, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

O autor justifica a proposição sob o argumento de que tem sido cada vez mais comum, não só no Brasil, a incidência de passageiros manifestando sintomas de trombose das veias profundas das pernas (TVP) e embolia pulmonar, especialmente durante a fase final de voos de longa duração ou na hora do desembarque e que tal fenômeno tem sido apelidado de "trombose do viajante" ou "síndrome da classe econômica", exatamente por acometer majoritariamente passageiros de voos com pouco espaço entre poltronas, especialmente quando ficam muito tempo sentados ou sem movimentar as pernas.

A imputação de responsabilidade por qualquer complicação de saúde do passageiro ou falta de atendimento médico à bordo da aeronave é incompatível com o regime legal estabelecido no Código Civil e no Código Brasileiro de Aeronáutica sobre a responsabilidade civil das empresas transportadoras por danos causados aos passageiros, além de contrariar as normas da Lei Complementar nº 93/95, que estabelece que o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar a lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa (Lei citada, art. 7º, IV).

A proposição, portanto, além de não atender os requisitos formais para sua viabilidade, implicará, se convertida em lei, em prejuízo para a segurança jurídica das empresas aéreas transportadoras e em potencial aumento de custos decorrente da ampliação dos riscos que serão impostos à atividade empresarial, com prejuízo para os consumidores.

modificado em 29/09/2015 às 12:02

PLS 52/2013

Autor: Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)

Relator: Senador Walter Pinheiro (PT/BA)

Status: encerrado

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Dispõe sobre a gestão, a organização e o controle das Agências Reguladoras

modificado em 29/09/2015 às 11:53

O que é

Dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das Agências Reguladoras, acresce e altera dispositivos das Leis nº 9.472, de 16 de julho de 1997, nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e nº 10.233, de 5 de junho de 2001, nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e dá outras providências

modificado em 29/09/2015 às 11:53

Situação

SF - CCJ, em 08/04/2015: com o Relator, Senador Walter Pinheiro
28/09/2015 - INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

modificado em 29/09/2015 às 11:53

Nossa Posição

CONVERGENTE

O PLS é positivo para os setores regulados, uma vez que contribui para melhorar a eficiência e o controle da ação normativa das agências reguladoras.

modificado em 29/09/2015 às 11:53

PLS 52/2013

Autor: Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)

Relator: Senador Walter Pinheiro (PT/BA)

Status: encerrado

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Dispõe sobre a gestão, a organização e o controle das Agências Reguladoras
modificado em 29/09/2015 às 11:53

O que é

Dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das Agências Reguladoras, acresce e altera dispositivos das Leis nº 9.472, de 16 de julho de 1997, nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e nº 10.233, de 5 de junho de 2001, nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e dá outras providências

modificado em 29/09/2015 às 11:53

Situação

28/09/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Matéria constante da Pauta da 28ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, agendada para o dia 30/09/2015.
18/09/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Matéria constante da Pauta da 28ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, agendada para o dia 23/09/2015.
03/09/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Recebido, às 13h50min, o Relatório do Senador Walter Pinheiro, com voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, quanto ao mérito, favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.
01/09/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Matéria encaminhada ao gabinete do Relator, Senador Walter Pinheiro, para relatar.
modificado em 30/09/2015 às 14:35

Nossa Posição

CONVERGENTE

O PLS é positivo para os setores regulados, uma vez que contribui para melhorar a eficiência e o

controle da ação normativa das agências reguladoras.

modificado em 29/09/2015 às 11:53

PLS 52/2013

Autor: Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)

Relator: Senador Walter Pinheiro (PT/BA)

Status: encerrado

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	Dispõe sobre a gestão, a organização e o controle das Agências Reguladoras modificado em 29/09/2015 às 11:53
O que é	Dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das Agências Reguladoras, acresce e altera dispositivos das Leis nº 9.472, de 16 de julho de 1997, nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e nº 10.233, de 5 de junho de 2001, nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e dá outras providências modificado em 29/09/2015 às 11:53
Situação	06/10/2015 - CEDN - Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional - Matéria com o Relator, Senador Blairo Maggi PMDB-PR. modificado em 04/11/2015 às 11:22
Nossa Posição	CONVERGENTE O PLS é positivo para os setores regulados, uma vez que contribui para melhorar a eficiência e o controle da ação normativa das agências reguladoras. modificado em 29/09/2015 às 11:53

PL 2417/1991

Autor: Deputado Jackson Pereira (PSDB/CE)

Relator: Deputado Nilson Gibson (PMN/PE)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	Fixa valor mínimo para comissionamento de agências de viagem Árvore de apensados e outros documentos da matéria modificado em 29/09/2015 às 11:22
O que é	Aumenta para 15% a comissão das agências viagem ou turismo referente a venda de passagens aéreas. modificado em 29/09/2015 às 11:22

Situação

CD - Mesa Diretora, em 19/11/1997: aguarda deliberação de Recurso, que solicita apreciação pelo Plenário. Em 23.06.15 foi aprovado recurso nº205/1.997. A matéria virá a pauta do Plenário oportunamente.

O PL está relacionado entre os que aguardam deliberação para o Plenário por ordem do Presidente da Câmara.

modificado em 29/09/2015 às 11:22

Nossa Posição

DIVERGENTE

O PL dispõe sobre as atividades, o registro e o funcionamento das agências de viagens e turismo e dá outras providências.

No art. 19, o PL propõe que as Agências façam jus ao recebimento de comissão nos seguintes valores: mínimo de 15% sobre o valor de venda de passagens aéreas; mínimo de 10% sobre o valor da operação, quando se tratar de intermediação ou agenciamento de carga, excursão e outros serviços de viagens, turismo e locação.

Sobre a matéria e em data posterior a apresentação do PL foi editada a Portaria nº 676/GC-5, de 13 de novembro de 2000, do Comandante da Aeronáutica, estabelecendo que a comissão paga aos agentes de viagem e de carga, na venda de passagens e/ou fretes aéreos, são livremente negociadas entre as empresas aéreas e os agentes credenciados. De igual modo e com o mesmo efeito, foi editada a Lei Geral do Turismo (Lei nº 11.771/2008), que também não interfere nas relações comerciais entre as empresas aéreas e o comissionamento de agentes de viagens.

A proposição, portanto, é incompatível a economia de mercado e com os princípios constitucionais que informam a ordem econômica, não havendo nenhuma justificativa para a pretendida intervenção estatal.

modificado em 29/09/2015 às 11:22

PL 2417/1991

Autor: Deputado Jackson Pereira (PSDB/CE)

Relator: Deputado Nilson Gibson (PMN/PE)

Status: em acompanhamento

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Fixa valor mínimo para comissionamento de agências de viagem
Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 29/09/2015 às 11:22

O que é

Aumenta para 15% a comissão das agências viagem ou turismo referente a venda de passagens aéreas.

modificado em 29/09/2015 às 11:22

Situação

O PL está relacionado entre os que aguardam deliberação para o Plenário por ordem do Presidente da Câmara.

modificado em 30/09/2015 às 10:50

Nossa Posição

DIVERGENTE

O PL dispõe sobre as atividades, o registro e o funcionamento das agências de viagens e turismo e dá outras providências.

No art. 19, o PL propõe que as Agências façam jus ao recebimento de comissão nos seguintes valores: mínimo de 15% sobre o valor de venda de passagens aéreas; mínimo de 10% sobre o valor da operação, quando se tratar de intermediação ou agenciamento de carga, excursão e outros serviços de viagens, turismo e locação.

Sobre a matéria e em data posterior a apresentação do PL foi editada a Portaria nº 676/GC-5, de 13 de novembro de 2000, do Comandante da Aeronáutica, estabelecendo que a comissão paga aos agentes de viagem e de carga, na venda de passagens e/ou fretes aéreos, são livremente negociadas entre as empresas aéreas e os agentes credenciados. De igual modo e com o mesmo efeito, foi editada a Lei Geral do Turismo (Lei nº 11.771/2008), que também não interfere nas relações comerciais entre as empresas aéreas e o comissionamento de agentes de viagens.

A proposição, portanto, é incompatível a economia de mercado e com os princípios constitucionais que informam a ordem econômica, não havendo nenhuma justificativa para a pretendida intervenção estatal.

modificado em 29/09/2015 às 11:22

PLC 132/2011

Autor: Deputado Manoel Júnior (PMDB-PB)

Relator: Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO)

Status: em acompanhamento

Tema: Configuração de Aeronaves

Prioridade: Sim

Notas Técnicas: Sim

Foco

Instalação de assentos especiais nas aeronaves

modificado em 29/09/2015 às 10:32

O que é

Dispõe sobre a instalação de assentos especiais para pessoas obesas

modificado em 29/09/2015 às 10:32

Situação

modificado em 29/09/2015 às 10:31

Nossa Posição

DIVERGENTE

O PLC trata de assunto sujeito à regulamentação da ANAC, a quem cabe expedir normas a serem cumpridas pelas prestadoras de serviços aéreos, inclusive quanto a formação e treinamento de pessoal especializado, habilitação de tripulantes, equipamentos, materiais, produtos e processos que utilizarem e serviços que prestarem (Lei nº 11.182/05, art. 8º), além do que as aeronaves já dispõem

de assentos rebatíveis que asseguram aos obesos acomodação adequada e o indispensável conforto nas suas viagens.

modificado em 29/09/2015 às 10:32

PLC 132/2011

Autor: Deputado Manoel Júnior (PMDB-PB)

Relator: Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO)

Status: em acompanhamento

Tema: Configuração de Aeronaves

Prioridade: Sim

Notas Técnicas: Sim

Foco	Instalação de assentos especiais nas aeronaves modificado em 29/09/2015 às 10:32
O que é	Dispõe sobre a instalação de assentos especiais para pessoas obesas modificado em 29/09/2015 às 10:32
Situação	SF - CAE Aguardando parecer da Relatora Senadora Lúcia Vânia (/GO)CI ? matéria aprovada 04/08/2015 - CAE - Comissão de Assuntos Econômicos - O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral PT/MS, designa o Senador José Agripino DEM/RN relator da matéria. Ao relator. modificado em 29/09/2015 às 10:33
Nossa Posição	DIVERGENTE O PLC trata de assunto sujeito à regulamentação da ANAC, a quem cabe expedir normas a serem cumpridas pelas prestadoras de serviços aéreos, inclusive quanto a formação e treinamento de pessoal especializado, habilitação de tripulantes, equipamentos, materiais, produtos e processos que utilizarem e serviços que prestarem (Lei nº 11.182/05, art. 8º), além do que as aeronaves já dispõem de assentos rebatíveis que asseguram aos obesos acomodação adequada e o indispensável conforto nas suas viagens. modificado em 29/09/2015 às 10:32

PLC 132/2011

Autor: Deputado Manoel Júnior (PMDB-PB)

Relator: Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO)

Status: em acompanhamento

Tema: Configuração de Aeronaves

Prioridade: Sim

Notas Técnicas: Sim

Foco	Instalação de assentos especiais nas aeronaves modificado em 29/09/2015 às 10:32
O que é	Dispõe sobre a instalação de assentos especiais para pessoas obesas modificado em 29/09/2015 às 10:32

Situação

modificado em 29/09/2015 às 10:33

Nossa Posição

DIVERGENTE

O PLC trata de assunto sujeito à regulamentação da ANAC, a quem cabe expedir normas a serem cumpridas pelas prestadoras de serviços aéreos, inclusive quanto a formação e treinamento de pessoal especializado, habilitação de tripulantes, equipamentos, materiais, produtos e processos que utilizarem e serviços que prestarem (Lei nº 11.182/05, art. 8º), além do que as aeronaves já dispõem de assentos rebatíveis que asseguram aos obesos acomodação adequada e o indispensável conforto nas suas viagens.

modificado em 29/09/2015 às 10:32

PL 4050/2004

Autor: Senador Tião Viana (PT-AC)

Relator: Deputado Ronaldo Fonseca (PR-DF)

Status: em acompanhamento

Tema: Configuração de Aeronaves

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Sim

Foco

Obriga as aeronaves a portarem aparelho desfibrilador

Obs.: Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 29/09/2015 às 10:24

O que é

Dispõe sobre a obrigatoriedade de equipar com desfibriladores cardíacos os locais e veículos que especifica.

modificado em 29/09/2015 às 10:24

Situação

CD ? CCJ, aguardando votação do parecer favorável do Relator.

30/06/2015 - Defiro o Requerimento n. 2.211/2015, nos termos do art. 141 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Revejo o despacho inicial apostado ao Projeto de Lei n. 4.050/2004, para incluir a análise de mérito pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL N. 4.050/2004: À CSSF e à CCJC - Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões. Regime de tramitação: Prioridade.

15/09/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Parecer do Relator, Dep. Ronaldo Fonseca (PROS-DF), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, da Emenda nº 1/2004 da Comissão de Seguridade Social e Família e do PL 4443/2004, apensado, com Substitutivo.

modificado em 29/09/2015 às 10:24

Nossa Posição

DIVERGENTE

Trata-se de proposição de ordem geral, que obriga diversos estabelecimentos (rodoviárias, ferroviárias, aeroportos, portos, centros comerciais, estádios, ginásios esportivos, hotéis, templos e outros locais com aglomerações ou circulação igual a superior a 2000 pessoas por dia) e veículos (trens, metros, aeronaves e embarcações com capacidade igual ou superior a cem passageiros, além

de ambulâncias e viaturas de resgate, policiais ou bombeiros), a incluírem desfibriladores cardíacos entre seus equipamentos obrigatórios.

O PL foi aprovado pela CSSF, tendo sido rejeitada a EMC CSSF 1/2004 e o PL 4.443/2004, nos termos do voto do Relator, Dep. Walter Feldman (PSDB-SP).

A iniciativa, se convertida em lei, implicará em alteração na configuração das aeronaves, implicando em acréscimos de custos operacionais que serão repassados para os preços das passagens aéreas.

modificado em 29/09/2015 às 10:24

PL 4050/2004

Autor: Senador Tião Viana (PT-AC)

Relator: Deputado Ronaldo Fonseca (PR-DF)

Status: em acompanhamento

Tema: Configuração de Aeronaves

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Sim

Foco

Obriga as aeronaves a portarem aparelho desfibrilador

Obs.: Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 29/09/2015 às 10:24

O que é

Dispõe sobre a obrigatoriedade de equipar com desfibriladores cardíacos os locais e veículos que especifica.

modificado em 29/09/2015 às 10:24

Situação

18/09/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões a partir de 21/09/2015).

15/09/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Parecer do Relator, Dep. Ronaldo Fonseca (PROS-DF), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, da Emenda nº 1/2004 da Comissão de Seguridade Social e Família e do PL 4443/2004, apensado, com Substitutivo. Inteiro teor

04/09/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Devolvido ao Relator, Dep. Ronaldo Fonseca (PROS-

4

DF).

01/09/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Parecer do Relator, Dep. Ronaldo Fonseca (PROS-DF).

modificado em 30/09/2015 às 10:55

Nossa Posição

DIVERGENTE

Trata-se de proposição de ordem geral, que obriga diversos estabelecimentos (rodoviárias, ferroviárias, aeroportos, portos, centros comerciais, estádios, ginásios esportivos, hotéis, templos e outros locais com aglomerações ou circulação igual a superior a 2000 pessoas por dia) e veículos (trens, metros, aeronaves e embarcações com capacidade igual ou superior a cem passageiros, além

de ambulâncias e viaturas de resgate, policiais ou bombeiros), a incluírem desfibriladores cardíacos entre seus equipamentos obrigatórios.

O PL foi aprovado pela CSSF, tendo sido rejeitada a EMC CSSF 1/2004 e o PL 4.443/2004, nos termos do voto do Relator, Dep. Walter Feldman (PSDB-SP).

A iniciativa, se convertida em lei, implicará em alteração na configuração das aeronaves, implicando em acréscimos de custos operacionais que serão repassados para os preços das passagens aéreas.

modificado em 29/09/2015 às 10:24

PL 4050/2004

Autor: Senador Tião Viana (PT-AC)

Relator: Deputado Ronaldo Fonseca (PR-DF)

Status: em acompanhamento

Tema: Configuração de Aeronaves

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Sim

Foco

Obriga as aeronaves a portarem aparelho desfibrilador

Obs.: Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 29/09/2015 às 10:24

O que é

Dispõe sobre a obrigatoriedade de equipar com desfibriladores cardíacos os locais e veículos que especifica.

modificado em 29/09/2015 às 10:24

Situação

22/10/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - A matéria entrou extrapauta na ordem do dia na Comissão. Discutiu a Matéria o Dep. Ronaldo Fonseca (PROS-DF). Parecer com Complementação de Voto, Dep. Ronaldo Fonseca (PROS-DF), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, da Emenda nº 1/2004 da Comissão de Seguridade Social e Família e do PL 4443/2004, apensado, com Substitutivo. Aprovado o Parecer com Complementação de Voto. Apresentou voto em separado o Deputado Marcos Rogério (PDT-RO). Inteiro teor

20/10/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Apresentação do Voto em Separado n. 1 CCJC, pelo Deputado Marcos Rogério (PDT-RO). Inteiro teor Retirado de pauta, de ofício, a pedido do Relator.

15/10/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Prazo de Vista Encerrado.

13/10/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Proferido o Parecer. Vista ao Deputado Marcos Rogério.

08/10/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Parecer às emendas apresentadas ao Substitutivo do Relator, Dep. Ronaldo Fonseca (PROS-DF), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, do PL 4443/2004, apensado, da Emenda nº 1/2004 da Comissão de Seguridade Social e Família e da Emenda apresentada ao Substitutivo, com Substitutivo. Inteiro teor

01/10/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Devolvido ao Relator, Dep. Ronaldo Fonseca (PROS-DF), para análise da emenda ao substitutivo.
modificado em 04/11/2015 às 10:19

Nossa Posição

DIVERGENTE

Trata-se de proposição de ordem geral, que obriga diversos estabelecimentos (rodoviárias, ferroviárias, aeroportos, portos, centros comerciais, estádios, ginásios esportivos, hotéis, templos e outros locais com aglomerações ou circulação igual a superior a 2000 pessoas por dia) e veículos (trens, metros, aeronaves e embarcações com capacidade igual ou superior a cem passageiros, além de ambulâncias e viaturas de resgate, policiais ou bombeiros), a incluírem desfibriladores cardíacos entre seus equipamentos obrigatórios.

O PL foi aprovado pela CSSF, tendo sido rejeitada a EMC CSSF 1/2004 e o PL 4.443/2004, nos termos do voto do Relator, Dep. Walter Feldman (PSDB-SP).

A iniciativa, se convertida em lei, implicará em alteração na configuração das aeronaves, implicando em acréscimos de custos operacionais que serão repassados para os preços das passagens aéreas.

modificado em 29/09/2015 às 10:24

PL 1424/2015

Autor: Senador Pedro Taques (PDT/MT)

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Restituição do valor do bilhete em caso de cancelamento ou remarcação

Obs.: Origem: PLS 757/2011. Apensado ao PL 4.785/2012.

modificado em 29/09/2015 às 10:21

O que é

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para regular a restituição de quantia paga por bilhete aéreo nos casos de cancelamento da viagem por iniciativa do passageiro e a cobrança de taxa em caso de alteração do voo.

modificado em 29/09/2015 às 10:21

Situação

CD - Apensado ao PL 4.785/12

28/08/2015 - Apresentação do Requerimento n. 2857/2015, pelo Deputado Alan Rick (PRB-AC), que: "Requer inclusão na Ordem do Dia do Plenário do PL 6716/2009 e seus apensos, que "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para ampliar a possibilidade de participação do capital externo nas empresas de transporte aéreo".

modificado em 29/09/2015 às 10:21

Nossa Posição

DIVERGENTE

A proposição objetiva assegurar ao passageiro que, por qualquer motivo, não utilizar o bilhete de

passagem e independentemente do tipo de tarifa escolhida, o direito à restituição da quantia efetivamente paga, descontada uma taxa de serviço correspondente a, no máximo 5% do valor pago para os pedidos formulados com antecedência de pelo menos 5 (cinco) dias da data prevista para a viagem e 10% (do valor pago nos demais casos, podendo tais taxas serem aplicadas pelo transportador quando o passageiro requerer a alteração do voo.

A proposta interfere na liberdade assegurada às empresas de fixarem as regras de suas tarifas (Lei nº 11.182, de 2005, art. 49), o que implicará na elevação dos custos de suas transações no mercado, com efeitos danosos sobre os preços das passagens aéreas, que resultará em prejuízo para os próprios consumidores.

modificado em 29/09/2015 às 10:21

PL 1424/2015

Autor: Senador Pedro Taques (PDT/MT)

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Restituição do valor do bilhete em caso de cancelamento ou remarcação

Obs.: Origem: PLS 757/2011. Apensado ao PL 4.785/2012.

modificado em 29/09/2015 às 10:21

O que é

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para regular a restituição de quantia paga por bilhete aéreo nos casos de cancelamento da viagem por iniciativa do passageiro e a cobrança de taxa em caso de alteração do voo.

modificado em 29/09/2015 às 10:21

Situação

03/09/2015 - Apresentação do Requerimento n. 2921/2015, pelo Deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia do Plenário do Projeto de Lei nº 6.716, de 2009, e seus apensos, que "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para ampliar a possibilidade de participação do capital externo nas empresas de transporte aéreo".

modificado em 30/09/2015 às 12:03

Nossa Posição

DIVERGENTE

A proposição objetiva assegurar ao passageiro que, por qualquer motivo, não utilizar o bilhete de passagem e independentemente do tipo de tarifa escolhida, o direito à restituição da quantia efetivamente paga, descontada uma taxa de serviço correspondente a, no máximo 5% do valor pago para os pedidos formulados com antecedência de pelo menos 5 (cinco) dias da data prevista para a viagem e 10% (do valor pago nos demais casos, podendo tais taxas serem aplicadas pelo transportador quando o passageiro requerer a alteração do voo.

A proposta interfere na liberdade assegurada às empresas de fixarem as regras de suas tarifas (Lei

nº 11.182, de 2005, art. 49), o que implicará na elevação dos custos de suas transações no mercado, com efeitos danosos sobre os preços das passagens aéreas, que resultará em prejuízo para os próprios consumidores.

modificado em 29/09/2015 às 10:21

PDC 49/2015

Autor: Deputado Celso Russomano (PRB/SP)

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Reembolso de tarifas promocionais nos casos de desistência da viagem ou não comparecimento ao embarque

modificado em 29/09/2015 às 10:08

O que é

Susta o § 2º do art. 7, da Portaria nº 676/GC-5, de 13 de novembro de 2000, que regulamenta o reembolso de bilhete aéreo adquirido mediante tarifa promocional.

modificado em 29/09/2015 às 10:08

Situação

CD ? CREDN Pronta para Pauta na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)

modificado em 29/09/2015 às 10:08

Nossa Posição

DIVERGENTE

O § 2º do art. 7º da Portaria nº 676/GC-5, de 13 de novembro de 2000, do Comandante da Aeronáutica, estabelece que ?o reembolso de bilhete adquirido mediante tarifa poromocional obedecerá às eventuais restrições constantes das condições de sua aplicação?.

A norma regulamentar é compatível com o princípio da liberdade tarifária estabelecido no art. 49 da Lei nº 11.182/85, que assegura às empresas estabelecer livremente os valores das suas tarifas e as regras de reembolso, previamente informadas e aceitas pelos passageiros quando da aquisição das suas passagens.

A sustação da norma regulamentar em vigor implicará em desestímulo às empresas quanto à oferta de tarifas promocionais, com prejuízo para os próprios consumidores, além de implicar em prejuízo para a segurança jurídica.

modificado em 29/09/2015 às 10:08

PDC 49/2015

Autor: Deputado Celso Russomano (PRB/SP)

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento **Tema:** Relações de Consumo **Prioridade:** Não **Notas Técnicas:** Não

Foco	Reembolso de tarifas promocionais nos casos de desistência da viagem ou não comparecimento ao embarque modificado em 29/09/2015 às 10:08
O que é	Susta o § 2º do art. 7, da Portaria nº 676/GC-5, de 13 de novembro de 2000, que regulamenta o reembolso de bilhete aéreo adquirido mediante tarifa promocional. modificado em 29/09/2015 às 10:08
Situação	28/10/2015 - Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) - Vista ao Deputado Jair Bolsonaro PP/RJ. 21/10/2015 - Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) - Retirado de pauta. modificado em 04/11/2015 às 10:56
Nossa Posição	DIVERGENTE O § 2º do art. 7º da Portaria nº 676/GC-5, de 13 de novembro de 2000, do Comandante da Aeronáutica, estabelece que "o reembolso de bilhete adquirido mediante tarifa poromocional obedecerá às eventuais restrições constantes das condições de sua aplicação?". A norma regulamentar é compatível com o princípio da liberdade tarifária estabelecido no art. 49 da Lei nº 11.182/85, que assegura às empresas estabelecer livremente os valores das suas tarifas e as regras de reembolso, previamente informadas e aceitas pelos passageiros quando da aquisição das suas passagens. A sustação da norma regulamentar em vigor implicará em desestímulo às empresas quanto à oferta de tarifas promocionais, com prejuízo para os próprios consumidores, além de implicar em prejuízo para a segurança jurídica. modificado em 29/09/2015 às 10:08

PLS 394/2014

Autor: Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)

Relator: aguarda designar

Status: em acompanhamento **Tema:** Relações de Consumo **Prioridade:** Não **Notas Técnicas:** Não

Foco	Permitir a transferência de passagem aérea de uma pessoa para outra modificado em 29/09/2015 às 10:01
O que é	Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro da Aeronáutica), para possibilitar a transferência de bilhete aéreo entre passageiros. modificado em 29/09/2015 às 10:01
Situação	modificado em 29/09/2015 às 10:01
Nossa Posição	CONVERGENTE O PLS propõe a inclusão de mais um artigo no CBA (art. 228-A) para estabelecer que "o bilhete é

pessoal e poderá ser transferido, de uma pessoa a outra, sujeitando-se, exclusivamente, às regras e restrições que o transportador lhe impuser, bem como às exigências estipuladas pela autoridade aeronáutica com relação à identificação de passageiro. O objetivo é a criação de mais um instrumento de competição e diferenciação de produtos entre as empresas aéreas, injetando maior concorrência entre as mesmas.

Na atualidade, a transferência é vedada pelo art. 11 da Resolução nº 138, de 09 de março de 2010, da Agência Nacional de Aviação Civil ? ANAC (dispõe sobre as condições gerais de transporte atinentes à comercialização e à características do bilhete de passagem e dá outras providências).

Argumenta o autor da proposição que a discussão sobre a vedação se cinge, basicamente, a dois aspectos: segurança pública e mercado secundário.

Esclarece que o primeiro aspecto consiste na necessidade do estrito controle sobre a identificação dos passageiros, de modo a garantir a segurança dos passageiros e demais pessoas em trânsito no aeroporto, bem como evitar fraudes ideológicas, daí porque o PLS delega para a autoridade aeronáutica expedir regulação sobre os mecanismos de controle da identidade do passageiro.

Quanto ao segundo aspecto, observa que o mesmo se refere à possibilidade de surgimento de um mercado paralelo ou secundário de vendas de bilhetes aéreos, argumentando que a liberalização da transferência poderia implicar em estímulo para a compra antecipada de passagens aéreas promocionais e venda posterior a um preço majorado, com obtenção de lucro em face do mercado primário operado pelas companhias aéreas. Para evitar práticas indesejáveis, propõe que seja assegurada às empresas transportadoras a faculdade de definir regras e estabelecer restrições que impeçam ou desestimulem um possível mercado secundário.

modificado em 29/09/2015 às 10:02

PLS 394/2014

Autor: Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)

Relator: aguarda designar

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Permitir a transferência de passagem aérea de uma pessoa para outra
modificado em 29/09/2015 às 10:01

O que é

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro da Aeronáutica), para possibilitar a transferência de bilhete aéreo entre passageiros.
modificado em 29/09/2015 às 10:01

Situação

SF- CCJ, em 15/03/2015, aguardando designação de relator
modificado em 29/09/2015 às 10:01

Nossa Posição

CONVERGENTE
O PLS propõe a inclusão de mais um artigo no CBA (art. 228-A) para estabelecer que o bilhete é

pessoal e poderá ser transferido, de uma pessoa a outra, sujeitando-se, exclusivamente, às regras e restrições que o transportador lhe impuser, bem como às exigências estipuladas pela autoridade aeronáutica com relação à identificação de passageiro. O objetivo é a criação de mais um instrumento de competição e diferenciação de produtos entre as empresas aéreas, injetando maior concorrência entre as mesmas.

Na atualidade, a transferência é vedada pelo art. 11 da Resolução nº 138, de 09 de março de 2010, da Agência Nacional de Aviação Civil ? ANAC (dispõe sobre as condições gerais de transporte atinentes à comercialização e à características do bilhete de passagem e dá outras providências).

Argumenta o autor da proposição que a discussão sobre a vedação se cinge, basicamente, a dois aspectos: segurança pública e mercado secundário.

Esclarece que o primeiro aspecto consiste na necessidade do estrito controle sobre a identificação dos passageiros, de modo a garantir a segurança dos passageiros e demais pessoas em trânsito no aeroporto, bem como evitar fraudes ideológicas, daí porque o PLS delega para a autoridade aeronáutica expedir regulação sobre os mecanismos de controle da identidade do passageiro.

Quanto ao segundo aspecto, observa que o mesmo se refere à possibilidade de surgimento de um mercado paralelo ou secundário de vendas de bilhetes aéreos, argumentando que a liberalização da transferência poderia implicar em estímulo para a compra antecipada de passagens aéreas promocionais e venda posterior a um preço majorado, com obtenção de lucro em face do mercado primário operado pelas companhias aéreas. Para evitar práticas indesejáveis, propõe que seja assegurada às empresas transportadoras a faculdade de definir regras e estabelecer restrições que impeçam ou desestimulem um possível mercado secundário.

modificado em 29/09/2015 às 10:02

PL 6484/2013

Autor: Deputado Arnaldo Jordy (PPS/PA)

Relator: Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ)

Status: encerrado

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Sim

Notas Técnicas: Não

Foco

Regular programa de milhagem
Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 29/09/2015 às 09:59

O que é

Regulamenta os programas de milhagem das companhias aéreas.
modificado em 29/09/2015 às 09:59

Situação

CD ? CVT, aguardando parecer da relatora, Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ)
modificado em 29/09/2015 às 09:59

Nossa Posição	DIVERGENTE
	O PL promove indevida intervenção, restringindo a livre organização e gestão [pelas empresas aéreas] de programas de bonificações e prêmios aos seus consumidores, que, certamente, implicará no desestímulo a investimentos em novos programas e até mesmo na manutenção dos atuais, podendo vir a prejudicar os próprios consumidores.
	modificado em 29/09/2015 às 09:59

PL 4785/2012

Autor:	Senadora Ana Amélia (PP/RS)	Relator:	aguarda designação				
Status:	em acompanhamento	Tema:	Relações de Consumo	Prioridade:	Não	Notas Técnicas:	Não

Foco	Restituição do valor do bilhete em caso de cancelamento ou remarcação
	Obs.: com origem no PLS 24/12. Árvore de apensados e outros documentos da matéria. Apensado ao PL 6716/2009
	modificado em 29/09/2015 às 09:49

O que é	Altera o art. 228 da Lei n. 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para inserir a hipótese de restituição de quantia paga de bilhete aéreo em caso de cancelamento ou remarcação da data da viagem pelo passageiro.
	modificado em 29/09/2015 às 09:49

Situação	CD ? Apensado a este PLS4.785/12 o PL1.424/15
	19/05/2015 - Mesa diretora da Câmara - Apense-se a este(a) o(a) PL-1424/2015
	modificado em 29/09/2015 às 09:49

Nossa Posição	DIVERGENTE
	A proposição objetiva assegurar ao passageiro que, por qualquer motivo, não utilizar o bilhete de passagem e independentemente do tipo de tarifa escolhida, o direito à restituição da quantia efetivamente paga, descontada uma taxa de serviço correspondente a, no máximo, 10% (dez por cento) desse valor, aplicandodo-se a mesma taxa no caso de remarcação de voo.
	A proposta interfere na liberdade assegurada às empresas de fixarem as regras de suas tarifas (Lei nº 11.182, de 2005, art. 49), o que implicará na elevação dos custos de suas transações no mercado, com efeitos danosos sobre os preços das suas passagens aéreas.
	modificado em 29/09/2015 às 09:49

PL 4785/2012

Autor: Senadora Ana Amélia (PP/RS)

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Restituição do valor do bilhete em caso de cancelamento ou remarcação

Obs.: com origem no PLS 24/12. Árvore de apensados e outros documentos da matéria. Apensado ao PL 6716/2009

modificado em 29/09/2015 às 09:49

O que é

Altera o art. 228 da Lei n. 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para inserir a hipótese de restituição de quantia paga de bilhete aéreo em caso de cancelamento ou remarcação da data da viagem pelo passageiro.

modificado em 29/09/2015 às 09:49

Situação

03/09/2015 - Apresentação do Requerimento n. 2921/2015, pelo Deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia do Plenário do Projeto de Lei nº 6.716, de 2009, e seus apensos, que "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para ampliar a possibilidade de participação do capital externo nas empresas de transporte aéreo".

modificado em 30/09/2015 às 11:58

Nossa Posição

DIVERGENTE

A proposição objetiva assegurar ao passageiro que, por qualquer motivo, não utilizar o bilhete de passagem e independentemente do tipo de tarifa escolhida, o direito à restituição da quantia efetivamente paga, descontada uma taxa de serviço correspondente a, no máximo, 10% (dez por cento) desse valor, aplicandodo-se a mesma taxa no caso de remarcação de voo.

A proposta interfere na liberdade assegurada às empresas de fixarem as regras de suas tarifas (Lei nº 11.182, de 2005, art. 49), o que implicará na elevação dos custos de suas transações no mercado, com efeitos danosos sobre os preços das suas passagens aéreas.

modificado em 29/09/2015 às 09:49

PL 4015/2012

Autor: Deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT)

Relator: Deputado Efraim Filho (DEM/PB)

Status: encerrado

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Sim

Notas Técnicas: Não

Foco

Regular programas de milhagens

Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 28/09/2015 às 17:46

O que é	<p>Proíbe a prescrição do direito do participante de programas de milhagem aos pontos acumulados junto a qualquer empresa, bem como a fixação, pelo fornecedor, de prazos de validade ou expiração, facultando esta quando os pontos não forem utilizados, nos casos de encerramento da conta pelo consumidor e com anuência expressa do mesmo para esse fim, determinando a aplicação de sanções administrativas e penais aos infratores, além de estabelecer que os pontos devem reverter à conta do consumidor e creditar o dobro dos pontos prescritos ou expirados.</p> <p>modificado em 28/09/2015 às 17:46</p>
Situação	<p>CD ? CCJC , aguardando parecer do relator, Dep. Efraim Filho (DEM-PB)</p> <p>26/08/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Designado Relator da Redação Final, Dep. Efraim Filho (DEM-PB). Apresentação da Redação Final n. 1 CCJC, pelo Deputado Efraim Filho (DEM-PB). Inteiro teor</p> <p>19/08/2015 - Encerramento automático do Prazo de Recurso. Não foram apresentados recursos.</p> <p>07/08/2015 - Prazo para apresentação de recurso (5 sessões a partir de 10/08/2015).</p> <p>05/08/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Aprovado o Parecer</p> <p>08/09/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</p> <p>modificado em 28/09/2015 às 17:46</p>
Nossa Posição	<p>DIVERGENTE</p> <p>O PL interfere, indevidamente, na relação contratual estabelecida entre a empresa transportadora e os seus passageiros, uma vez que os programas de fidelidade são oferecidos como forma de premiar ou bonificar os usuários pela compra de produtos ou serviços, cabendo a eles, voluntariamente, aderir ou não ao programa.</p> <p>A intervenção do Estado a pretexto de proteger interesses dos usuários, na forma e nas condições propostas, afetará o equilíbrio econômico-financeiro dos programas de fidelidade, desestimulando as empresas de investir no lançamento de novos programas, podendo implicar na redução e extinção de benefícios atualmente assegurados, em detrimento dos próprios consumidores.</p> <p>modificado em 28/09/2015 às 17:46</p>

PL 4015/2012

Autor: Deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT)

Relator: Deputado Efraim Filho (DEM/PB)

Status: encerrado

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Sim

Notas Técnicas: Não

Foco	<p>Regular programas de milhagens</p> <p>Árvore de apensados e outros documentos da matéria</p> <p>modificado em 28/09/2015 às 17:46</p>
-------------	--

O que é	<p>Proíbe a prescrição do direito do participante de programas de milhagem aos pontos acumulados junto a qualquer empresa, bem como a fixação, pelo fornecedor, de prazos de validade ou expiração, facultando esta quando os pontos não forem utilizados, nos casos de encerramento da conta pelo</p>
----------------	--

consumidor e com anuência expressa do mesmo para esse fim, determinando a aplicação de sanções administrativas e penais aos infratores, além de estabelecer que os pontos devem reverter à conta do consumidor e creditar o dobro dos pontos prescritos ou expirados.

modificado em 28/09/2015 às 17:46

Situação

08/09/2015 - Remessa ao Senado Federal. Inteiro teor
 01/09/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Aprovada a Redação Final.
 26/08/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Designado Relator da 15
 Redação Final, Dep. Efraim Filho (DEM-PB). Apresentação da Redação Final n. 1 CCJC, pelo Deputado Efraim Filho (DEM-PB). Inteiro teor
 19/08/2015 - Encerramento automático do Prazo de Recurso. Não foram apresentados recursos.
 07/08/2015 - Prazo para apresentação de recurso (5 sessões a partir de 10/08/2015)
 modificado em 30/09/2015 às 11:33

Nossa Posição

DIVERGENTE

O PL interfere, indevidamente, na relação contratual estabelecida entre a empresa transportadora e os seus passageiros, uma vez que os programas de fidelidade são oferecidos como forma de premiar ou bonificar os usuários pela compra de produtos ou serviços, cabendo a eles, voluntariamente, aderir ou não ao programa.

A intervenção do Estado a pretexto de proteger interesses dos usuários, na forma e nas condições propostas, afetará o equilíbrio econômico-financeiro dos programas de fidelidade, desestimulando as empresas de investir no lançamento de novos programas, podendo implicar na redução e extinção de benefícios atualmente assegurados, em detrimento dos próprios consumidores.

modificado em 28/09/2015 às 17:46

PLS 281/2012

Autor: Senador José Sarney (PMDB-AP)

Relator: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Sim

Notas Técnicas: Não

Foco

Moderniza o Código de Defesa do Consumidor.

Obs. Tramita em conjunto com PLS 283/2012

modificado em 28/09/2015 às 17:39

O que é

PLS 281/2012, do Senador José Sarney: altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para aperfeiçoar as disposições gerais do Capítulo I do Título I e dispor sobre o comércio eletrônico;

PLS 283/2012, do Senador José Sarney: altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção do superendividamento.

modificado em 28/09/2015 às 17:39

Situação

SF/ CCJ, matéria com o Relator, Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
 26/08/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Adiado.
 21/08/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Adiado.
 19/08/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Na 21ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, o relator, Senador Ricardo Ferraço, durante a discussão, apresenta Relatório reformulado, com voto favorável ao PLS 281/2012, nos termos do Substitutivo que apresenta, e ao PLS 283/2012, nos termos do Substitutivo que apresenta.
 15/09/2015 - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
 modificado em 28/09/2015 às 17:39

Nossa Posição

CONVERGENTE
 No que se refere especificamente ao transporte aéreo regular, o Substitutivo, apresentado pelo Senador Ricardo Ferraço no âmbito da Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor, é adequado ao setor, porque preserva a competência da ANAC para regulamentar a matéria, nos seguintes termos:

?Art. 49-A. Sem prejuízo do direito de rescisão do contrato de transporte aéreo antes de iniciada a viagem (art. 740, § 3º, do Código Civil), o exercício do direito de arrependimento do consumidor de passagens aéreas poderá ter seu prazo diferenciado em virtude das peculiaridades do contrato, por norma fundamentada das agências reguladoras.

Parágrafo único. A regulamentação prevista no caput deverá ser realizada no prazo máximo de cento e oitenta dias após a entrada em vigor.?

Não mérito, portanto, não restrição quanto à aprovação do projeto.

modificado em 28/09/2015 às 17:39

PLS 281/2012

Autor: Senador José Sarney (PMDB-AP)

Relator: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Sim

Notas Técnicas: Não

Foco

Moderniza o Código de Defesa do Consumidor.
 Obs. Tramita em conjunto com PLS 283/2012

modificado em 28/09/2015 às 17:39

O que é

PLS 281/2012, do Senador José Sarney: altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para aperfeiçoar as disposições gerais do Capítulo I do Título I e dispor sobre o comércio eletrônico;
 PLS 283/2012, do Senador José Sarney: altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a

prevenção do superendividamento.

modificado em 28/09/2015 às 17:39

Situação

08/09/2015 - Encaminhado à publicação o Parecer nº 698, de 2015 ? CCJ, Relator Senador Ricardo Ferraço, pela aprovação dos PLS 281/2012 e 283/2012, com acolhimento das emendas nº 35 e 44 (rejeição das emendas nº 33 e 34). 02/09/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Na 23ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Relatório do Senador Ricardo Ferraço, que passa a constituir o Parecer da CCJ favorável ao PLS 281/2012, nos termos da Emenda nº 36-CCJ (Substitutivo), e ao PLS 283/2012, nos termos da Emenda nº 45-CCJ (Substitutivo), e: - pelo acolhimento da Emenda nº 35 ao PLS 281/2012 e da Emenda nº 44 ao PLS 283/2012; - pela rejeição das Emendas nº 33 e 34 ao PLS 281/2012; - pela prejudicialidade dos seguintes projetos de lei anexados: PLS 6/2011, PLS 271/2011, PLC 106/2011, PLS 439/2011, PLS 222/2012 e PLS 371/2012; - com voto contrário aos seguintes projetos de lei anexados: PLS 458/2012 e PLS 277/2013; -

5

pelo acolhimento das ideias básicas, que passam a integrar os Substitutivos, dos seguintes projetos de lei anexados: PLS 197/2012, PLS 394/2013 e PLS 509/2013; e - pelo desapensamento dos seguintes projetos: PLS 65/2011, PLS 452/2011, PLS 460/2011, PLS 463/2011, PLS 470/2011, PLS 97/2012, PLS 209/2012, PLS 397/2012, PLS 413/2012, PLS 457/2012, PLS 459/2012, PLS 464/2012, PLS 24/2013 e PLS 392/2013. Aprovado o Requerimento nº 19, de 2015-CCJ, de urgência para matéria. À SCLSF, para prosseguimento da tramitação. 26/08/2015 - CCJ

modificado em 30/09/2015 às 14:27

Nossa Posição

CONVERGENTE

No que se refere especificamente ao transporte aéreo regular, o Substitutivo, apresentado pelo Senador Ricardo Ferraço no âmbito da Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor, é adequado ao setor, porque preserva a competência da ANAC para regulamentar a matéria, nos seguintes termos:

?Art. 49-A. Sem prejuízo do direito de rescisão do contrato de transporte aéreo antes de iniciada a viagem (art. 740, § 3º, do Código Civil), o exercício do direito de arrependimento do consumidor de passagens aéreas poderá ter seu prazo diferenciado em virtude das peculiaridades do contrato, por norma fundamentada das agências reguladoras.

Parágrafo único. A regulamentação prevista no caput deverá ser realizada no prazo máximo de cento e oitenta dias após a entrada em vigor.?

Não mérito, portanto, não restrição quanto à aprovação do projeto.

modificado em 28/09/2015 às 17:39

PLS 281/2012

Autor: Senador José Sarney (PMDB-AP)

Relator: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Sim

Notas Técnicas: Não

Foco

Moderniza o Código de Defesa do Consumidor.
Obs. Tramita em conjunto com PLS 283/2012

modificado em 28/09/2015 às 17:39

O que é

PLS 281/2012, do Senador José Sarney: altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para aperfeiçoar as disposições gerais do Capítulo I do Título I e dispor sobre o comércio eletrônico;

PLS 283/2012, do Senador José Sarney: altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção do superendividamento.

modificado em 28/09/2015 às 17:39

Situação

30/09/2015 - aprovado na CCJ - pronto para plenária (GB)
modificado em 01/10/2015 às 15:08

Nossa Posição

CONVERGENTE

No que se refere especificamente ao transporte aéreo regular, o Substitutivo, apresentado pelo Senador Ricardo Ferraço no âmbito da Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor, é adequado ao setor, porque preserva a competência da ANAC para regulamentar a matéria, nos seguintes termos:

?Art. 49-A. Sem prejuízo do direito de rescisão do contrato de transporte aéreo antes de iniciada a viagem (art. 740, § 3º, do Código Civil), o exercício do direito de arrependimento do consumidor de passagens aéreas poderá ter seu prazo diferenciado em virtude das peculiaridades do contrato, por norma fundamentada das agências reguladoras.

Parágrafo único. A regulamentação prevista no caput deverá ser realizada no prazo máximo de cento e oitenta dias após a entrada em vigor.?

Não mérito, portanto, não restrição quanto à aprovação do projeto.

modificado em 28/09/2015 às 17:39

PLS 281/2012

Autor: Senador José Sarney (PMDB-AP)

Relator: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Sim

Notas Técnicas: Não

Foco

Moderniza o Código de Defesa do Consumidor.

Obs. Tramita em conjunto com PLS 283/2012

modificado em 28/09/2015 às 17:39

O que é

PLS 281/2012, do Senador José Sarney: altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para aperfeiçoar as disposições gerais do Capítulo I do Título I e dispor sobre o comércio eletrônico;

PLS 283/2012, do Senador José Sarney: altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção do superendividamento.

modificado em 28/09/2015 às 17:39

Situação

28/10/2015 - aprovado o substitutivo - Discussão encerrada, sem apresentação de emendas, em turno suplementar, a matéria é dada como definitivamente adotada. À Câmara dos Deputados.

20/10/2015 - Discussão, em turno suplementar. Matéria não apreciada na sessão de 22.10.2015, transferida para a sessão deliberativa de 27.10.2015.

15/10/2015 - Encaminhado à publicação o Parecer nº 908, de 2015-CDIR, relator Senador Vicentinho Alves PR-TO, apresentando a redação do vencido para o turno suplementar. Agendado para a Ordem do Dia da sessão deliberativa de 21.10.2015.

modificado em 04/11/2015 às 11:21

Nossa Posição

CONVERGENTE

No que se refere especificamente ao transporte aéreo regular, o Substitutivo, apresentado pelo Senador Ricardo Ferraço no âmbito da Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor, é adequado ao setor, porque preserva a competência da ANAC para regulamentar a matéria, nos seguintes termos:

?Art. 49-A. Sem prejuízo do direito de rescisão do contrato de transporte aéreo antes de iniciada a viagem (art. 740, § 3º, do Código Civil), o exercício do direito de arrependimento do consumidor de passagens aéreas poderá ter seu prazo diferenciado em virtude das peculiaridades do contrato, por norma fundamentada das agências reguladoras.

Parágrafo único. A regulamentação prevista no caput deverá ser realizada no prazo máximo de cento e oitenta dias após a entrada em vigor.?

Não mérito, portanto, não restrição quanto à aprovação do projeto.

modificado em 28/09/2015 às 17:39

PLS 278/2011

Autor: Senadora Ângela Portela (PT/RR)

Relator: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	<p>Proteger direitos dos usuários de serviços de transporte aéreo.</p> <p>Obs.: tramita em conjunto o PLS 609/11</p> <p>modificado em 28/09/2015 às 17:30</p>
O que é	<p>Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, e dá outras providências, para proteger direitos dos usuários de serviços de transporte aéreo.</p> <p>modificado em 28/09/2015 às 17:30</p>
Situação	<p>SF - CMA, em 16/04/2015: Devolvido pelo Relator, Senador Eduardo Amorim, com parecer pela rejeição do projeto. Em 23.06.15. foi devolvida ao Senador Eduardo Amorim, para reexame</p> <p>modificado em 28/09/2015 às 17:30</p>
Nossa Posição	<p>DIVERGENTE</p> <p>A matéria objeto da proposição legislativa já foi disciplinada pelas Resoluções nºs 138, 140 e 141, todas de 2010, da Agência Nacional de Aviação Civil ? ANAC, que dispõem sobre as condições gerais de transporte e comercialização de bilhetes e dão outras providências. O PLS, portanto é desnecessário, devendo prevalecer o parecer do Senador Eduardo Amorim, que opina pela rejeição do PLS, pelas razões ali constantes.</p> <p>modificado em 28/09/2015 às 17:30</p>

PLS 278/2011

Autor: Senadora Ângela Portela (PT/RR)		Relator: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)	
Status: em acompanhamento	Tema: Relações de Consumo	Prioridade: Não	Notas Técnicas: Não

Foco	<p>Proteger direitos dos usuários de serviços de transporte aéreo.</p> <p>Obs.: tramita em conjunto o PLS 609/11</p> <p>modificado em 28/09/2015 às 17:30</p>
O que é	<p>Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, e dá outras providências, para proteger direitos dos usuários de serviços de transporte aéreo.</p> <p>modificado em 28/09/2015 às 17:30</p>
Situação	<p>17/09/2015 - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - relatoria Sen. Jorge Viana (PT-AC)</p> <p>modificado em 28/09/2015 às 17:31</p>
Nossa Posição	<p>DIVERGENTE</p> <p>A matéria objeto da proposição legislativa já foi disciplinada pelas Resoluções nºs 138, 140 e 141, todas de 2010, da Agência Nacional de Aviação Civil ? ANAC, que dispõem sobre as condições gerais de transporte e comercialização de bilhetes e dão outras providências. O PLS, portanto é</p>

desnecessário, devendo prevalecer o parecer do Senador Eduardo Amorim, que opina pela rejeição do PLS, pelas razões ali constantes.

modificado em 28/09/2015 às 17:30

PLS 278/2011

Autor: Senadora Ângela Portela (PT/RR)

Relator: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Proteger direitos dos usuários de serviços de transporte aéreo.

Obs.: tramita em conjunto o PLS 609/11

modificado em 28/09/2015 às 17:30

O que é

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, e dá outras providências, para proteger direitos dos usuários de serviços de transporte aéreo.

modificado em 28/09/2015 às 17:30

Situação

17/09/2015 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - Ao Senhor Senador Jorge Viana (PT/AC) para relatar.

15/09/2015 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - Devolvido pelo Sen. Eduardo Amorim (PSC/SE) para redistribuição.

Matéria aguardando designação de relator.

23/06/2015 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - Matéria devolvida ao Senador Eduardo Amorim (PSC/SE), para reexame.

modificado em 30/09/2015 às 14:24

Nossa Posição

DIVERGENTE

A matéria objeto da proposição legislativa já foi disciplinada pelas Resoluções nºs 138, 140 e 141,

todas de 2010, da Agência Nacional de Aviação Civil ? ANAC, que dispõem sobre as condições gerais de transporte e comercialização de bilhetes e dão outras providências. O PLS, portanto é desnecessário, devendo prevalecer o parecer do Senador Eduardo Amorim, que opina pela rejeição do PLS, pelas razões ali constantes.

modificado em 28/09/2015 às 17:30

PL 7982/2010

Autor: Deputado Bonifácio de Andrada (PSDB/MG)

Relator: Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP)

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Oferta de alternativas quando do impedimento do oferecimento do serviço
Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 28/09/2015 às 17:27

O que é

Determina que as empresas de transporte ofereçam alternativas aos usuários quando do impedimento do oferecimento do serviço.

modificado em 28/09/2015 às 17:27

Situação

CD ? CCJC - Aguardando Parecer do Relator Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP)

modificado em 28/09/2015 às 17:27

Nossa Posição

DIVERGENTE

A proposição prevê que quando o passageiro ficar impedido de se deslocar para o destino que deseja, por deficiência do transporte que contratou, seja aéreo, terrestre ou marítimo, terá perante a empresa que lhe vendeu a passagem o direito de requerer outro meio de transporte para chegar ao local pretendido, o que será providenciado por aquela que assumirá a responsabilidade pelas conseqüências do não cumprimento dessas medidas.

Em que pese à boa intenção do autor do projeto, a proposição é desnecessária, uma vez que a situação que se pretende regular já estar contemplada no art. 741 do Código Civil, verbis: ?Art. 741. Interrompendo-se a viagem por qualquer motivo alheio à vontade do transportador, ainda que em conseqüência de evento imprevisível, fica ele obrigado a concluir o transporte contratado em outro veículo da mesma categoria, ou, com a anuência do passageiro, por modalidade diferente, à sua custa, correndo também por sua conta as despesas de estada e alimentação do usuário, durante a espera de novo transporte.? Além disto, em quase todas as normas legais e regulamentares aplicáveis aos diferentes tipos de transporte existe a previsão de o transportador contratual responsabilizar-se, direta ou indiretamente, pela conclusão da viagem, sempre às suas expensas, tal como ocorre no modal aéreo (arts. 229 e segs. do CBA).

modificado em 28/09/2015 às 17:27

PL 7982/2010

Autor: Deputado Bonifácio de Andrada (PSDB/MG)

Relator: Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP)

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Oferta de alternativas quando do impedimento do oferecimento do serviço
Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 28/09/2015 às 17:27

O que é

Determina que as empresas de transporte ofereçam alternativas aos usuários quando do impedimento do oferecimento do serviço.

modificado em 28/09/2015 às 17:27

Situação

11/02/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

modificado em 28/09/2015 às 17:29

Nossa Posição

DIVERGENTE

A proposição prevê que quando o passageiro ficar impedido de se deslocar para o destino que deseja, por deficiência do transporte que contratou, seja aéreo, terrestre ou marítimo, terá perante a empresa que lhe vendeu a passagem o direito de requerer outro meio de transporte para chegar ao local pretendido, o que será providenciado por aquela que assumirá a responsabilidade pelas consequências do não cumprimento dessas medidas.

Em que pese à boa intenção do autor do projeto, a proposição é desnecessária, uma vez que a situação que se pretende regular já estar contemplada no art. 741 do Código Civil, verbis: ?Art. 741. Interrompendo-se a viagem por qualquer motivo alheio à vontade do transportador, ainda que em consequência de evento imprevisível, fica ele obrigado a concluir o transporte contratado em outro veículo da mesma categoria, ou, com a anuência do passageiro, por modalidade diferente, à sua custa, correndo também por sua conta as despesas de estada e alimentação do usuário, durante a espera de novo transporte.? Além disto, em quase todas as normas legais e regulamentares aplicáveis aos diferentes tipos de transporte existe a previsão de o transportador contratual responsabilizar-se, direta ou indiretamente, pela conclusão da viagem, sempre às suas expensas, tal como ocorre no modal aéreo (arts. 229 e segs. do CBA).

modificado em 28/09/2015 às 17:27

PL 730/2007

Autor: Deputado Carlos Eduardo Cadoca (PMDB-PE)

Relator: Deputado Maçã Filho (PMDB-MS)

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Sim

Notas Técnicas: Sim

Foco

Requisitos para divulgação de assentos com tarifas promocionais
Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 28/09/2015 às 17:23

O que é

Acrescenta artigo à Lei nº 7.565/86 (CBA), para obrigar as empresas aéreas a divulgarem, na sua publicidade, a quantidade de assentos oferecidos com tarifas promocionais em cada voo (tarifas praticadas com preço reduzido, de caráter temporário, com período definido de início e de término de venda e de utilização, válidas em voos pré-selecionados) e a informarem, previamente, ao Departamento de Aviação Civil, para cada promoção, o período de vendas, a quantidade de assentos disponibilizados em cada voo, o preço da tarifa, o período de validade da promoção e demais regras tarifárias.

modificado em 28/09/2015 às 17:23

Situação

CD ? 05/03/2015 ? Desarquivado. Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ? CCJC

modificado em 28/09/2015 às 17:23

Nossa Posição

DIVERGENTE

As exigências previstas na proposição legislativa consubstanciam indevida interferência no setor privado e contém potencial efetivo para distorcer os mecanismos de mercado, com prejuízo para a livre concorrência e a competitividade das empresas aéreas brasileiras perante suas congêneres estrangeiras.

Além disto, tais exigências são insuscetíveis de serem cumpridas, uma vez que as promoções tarifárias refletem, a cada momento, o resultado entre a oferta e a demanda por assentos, o que pode ocorrer até minutos antes do horário estabelecido para o voo.

A interferência, portanto, nos mecanismos de mercado (lei da oferta e da procura) é desastrosa, impedindo que a interação entre as empresas e os passageiros seja eficiente, tendo como resultado níveis adequados de quantidade e preços.

VER PLS 3568/2008

modificado em 28/09/2015 às 17:23

PL 730/2007

Autor: Deputado Carlos Eduardo Cadoca (PMDB-PE)

Relator: Deputado Maçã Filho (PMDB-MS)

Status: em acompanhamento

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Sim

Notas Técnicas: Sim

Foco

Requisitos para divulgação de assentos com tarifas promocionais
Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 28/09/2015 às 17:23

O que é

Acrescenta artigo à Lei nº 7.565/86 (CBA), para obrigar as empresas aéreas a divulgarem, na sua

publicidade, a quantidade de assentos oferecidos com tarifas promocionais em cada voo (tarifas praticadas com preço reduzido, de caráter temporário, com período definido de início e de término de venda e de utilização, válidas em voos pré- selecionados) e a informarem, previamente, ao Departamento de Aviação Civil, para cada promoção, o período de vendas, a quantidade de assentos disponibilizados em cada voo, o preço da tarifa, o período de validade da promoção e demais regras tarifárias.

modificado em 28/09/2015 às 17:23

Situação

08/10/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Designado Relator, Dep. Giovani Cherini (PDT-RS).

modificado em 04/11/2015 às 10:27

Nossa Posição

DIVERGENTE

As exigências previstas na proposição legislativa consubstanciam indevida interferência no setor privado e contém potencial efetivo para distorcer os mecanismos de mercado, com prejuízo para a livre concorrência e a competitividade das empresas aéreas brasileiras perante suas congêneres estrangeiras.

Além disto, tais exigências são insuscetíveis de serem cumpridas, uma vez que as promoções tarifárias refletem, a cada momento, o resultado entre a oferta e a demanda por assentos, o que pode ocorrer até minutos antes do horário estabelecido para o voo.

A interferência, portanto, nos mecanismos de mercado (lei da oferta e da procura) é desastrosa, impedindo que a interação entre as empresas e os passageiros seja eficiente, tendo como resultado níveis adequados de quantidade e preços.

VER PLS 3568/2008

modificado em 28/09/2015 às 17:23

PL 156/2007

Autor: Deputado Sérgio Barradas Carneiro (PT/BA)

Relator: Deputado Ademir Camilo (PROS-MG)

Status: encerrado

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Programa de milhagem

Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 28/09/2015 às 17:18

O que é

Dispõe sobre a utilização dos prêmios em milhagens aéreas de agentes ou servidores públicos e dá outras providências.

modificado em 28/09/2015 às 17:18

Situação

CD - CTASP, em 15/04/2015, aguardando parecer do relator Dep. Ademir Camilo (PROS-MG), pela aprovação na forma de substitutivo.

19/08/2015 - Sujeito a arquivamento. Prazo para apresentação de recurso (5 sessões a partir de 20/08/2015).

modificado em 28/09/2015 às 17:18

Nossa Posição

DIVERGENTE

O PL propõe que na aquisição de passagens aéreas por órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta, da União, Estados, DF e Municípios, poderá ser estabelecida margem de preferência em favor das empresas de transporte aéreo de passageiros que mantenham programas de fidelidade e que assegurem vantagens ao órgão ou entidade que custear o deslocamento de seus agentes. A margem de preferência não poderá exceder ao montante, incidente sobre o preço das passagens fornecidas pelas demais empresas, correspondente à estimativa mínima de benefício.

O entendimento das empresas aéreas, até o momento, tem sido contrário à possibilidade prevista no PL, inclusive no que se refere às aquisições de bilhetes por pessoas jurídicas privadas. O argumento é que tal possibilidade tem efeito negativo sobre as receitas de vendas de passagens

modificado em 28/09/2015 às 17:18

PL 156/2007

Autor: Deputado Sérgio Barradas Carneiro (PT/BA)

Relator: Deputado Ademir Camilo (PROS-MG)

Status: encerrado

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Programa de milhagem

Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 28/09/2015 às 17:18

O que é

Dispõe sobre a utilização dos prêmios em milhagens aéreas de agentes ou servidores públicos e dá outras providências.

modificado em 28/09/2015 às 17:18

Situação

02/09/2015

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Arquivado nos termos do artigo 133 do RICD (rejeição na Comissão de mérito).

modificado em 28/09/2015 às 17:19

Nossa Posição

DIVERGENTE

O PL propõe que na aquisição de passagens aéreas por órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta, da União, Estados, DF e Municípios, poderá ser estabelecida margem de preferência em favor das empresas de transporte aéreo de passageiros que mantenham programas de fidelidade e que assegurem vantagens ao órgão ou entidade que custear o deslocamento de seus agentes. A margem de preferência não poderá exceder ao montante, incidente sobre o preço das passagens fornecidas pelas demais empresas, correspondente à estimativa mínima de benefício.

O entendimento das empresas aéreas, até o momento, tem sido contrário à possibilidade prevista no PL, inclusive no que se refere às aquisições de bilhetes por pessoas jurídicas privadas. O argumento é que tal possibilidade tem efeito negativo sobre as receitas de vendas de passagens

modificado em 28/09/2015 às 17:18

PL 156/2007

Autor: Deputado Sérgio Barradas Carneiro (PT/BA)

Relator: Deputado Ademir Camilo (PROS-MG)

Status: encerrado

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Programa de milhagem

Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 28/09/2015 às 17:18

O que é

Dispõe sobre a utilização dos prêmios em milhagens aéreas de agentes ou servidores públicos e dá outras providências.

modificado em 28/09/2015 às 17:18

Situação

02/09/2015

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Arquivado nos termos do artigo 133 do RICD (rejeição na Comissão de mérito).

modificado em 28/09/2015 às 17:20

Nossa Posição

DIVERGENTE

O PL propõe que na aquisição de passagens aéreas por órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta, da União, Estados, DF e Municípios, poderá ser estabelecida margem de preferência em favor das empresas de transporte aéreo de passageiros que mantenham programas de fidelidade e que assegurem vantagens ao órgão ou entidade que custear o deslocamento de seus agentes. A margem de preferência não poderá exceder ao montante, incidente sobre o preço das passagens fornecidas pelas demais empresas, correspondente à estimativa mínima de benefício.

O entendimento das empresas aéreas, até o momento, tem sido contrário à possibilidade prevista no PL, inclusive no que se refere às aquisições de bilhetes por pessoas jurídicas privadas. O argumento é que tal possibilidade tem efeito negativo sobre as receitas de vendas de passagens

modificado em 28/09/2015 às 17:18

PLS 330/2015

Autor: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)

Relator: Senador Jader Barbalho (PMDB-PA)

Status: em acompanhamento

Tema: Capital Estrangeiro

Prioridade: Sim

Notas Técnicas: Sim

Foco	Eliminar a restrição quanto à participação de capital estrangeiro em empresas brasileiras de transporte aéreo modificado em 28/09/2015 às 17:05
O que é	Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para permitir o investimento estrangeiro na aviação civil. modificado em 28/09/2015 às 17:05
Situação	SF/ CCJ. Em 17/06/2015 foi designado relator o Senador Jader Barbalho modificado em 28/09/2015 às 17:05
Nossa Posição	DIVERGENTE O PLS dá nova redação ao III do art. 181 da Lei nº 7.565/86, para permitir a participação de estrangeiros em metade dos cargos da diretoria executiva de empresas brasileiras de transporte aéreo, ao mesmo tempo em que propõe a revogação do inciso II e dos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do mesmo artigo, ou seja, revoga a exigência de que pelo menos 4/5 do capital com direito a voto pertença a brasileiros e liberaliza a emissão das respectivas ações. No entendimento das empresas concessionárias dos serviços de transporte aéreo público regular a proposta de revogação da restrição de participação do capital estrangeiro em empresas aéreas brasileiras, não leva em consideração o caráter estratégico do setor para a economia e a segurança nacionais, o que desaconselha à aprovação do PLS. modificado em 28/09/2015 às 17:05

PLS 330/2015

Autor: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)

Relator: Senador Jader Barbalho (PMDB-PA)

Status: em acompanhamento

Tema: Capital Estrangeiro

Prioridade: Sim

Notas Técnicas: Sim

Foco	Eliminar a restrição quanto à participação de capital estrangeiro em empresas brasileiras de transporte aéreo modificado em 28/09/2015 às 17:05
O que é	Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para permitir o investimento estrangeiro na aviação civil. modificado em 28/09/2015 às 17:05
Situação	24/09/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - O Presidente da Comissão, Senador José Maranhão (PMDB-PB), designa Relator da matéria o Senador Jader Barbalho (PMDB-PA). 23/09/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Matéria aguardando distribuição.

22/09/2015 - Aprovado o Requerimento nº 1070, de 2015. Passam a tramitar em conjunto as seguintes matérias: PLS 339/2014; PLS 2/2015 e PLS 330/2015. (O PLS 2/2015 e o PLS 330/2015 perdem o caráter terminativo) À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

16/09/2015 - Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 1.070, de 2015, do Senador Vicentinho Alves, que solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 399, de 2014; 2 e 330, de 2015.

16/09/2015 - Na 27ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Requerimento nº 24, de 2015-CCJ, de iniciativa do Senador Antonio Anastasia, para a realização de Audiência Pública em data oportuna para instruir a matéria. A matéria é retirada de Pauta.

09/09/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e
20

Cidadania - Juntei o Voto em Separado do Senador Randolfe Rodrigues que conclui pela rejeição do Projeto. Matéria incluída na Pauta da Comissão. A apreciação da matéria foi adiada.

02/09/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Em reunião realizada em 02/09/2015, a apreciação da matéria foi adiada.

modificado em 30/09/2015 às 14:44

Nossa Posição

DIVERGENTE

O PLS dá nova redação ao III do art. 181 da Lei nº 7.565/86, para permitir a participação de estrangeiros em metade dos cargos da diretoria executiva de empresas brasileiras de transporte aéreo, ao mesmo tempo em que propõe a revogação do inciso II e dos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do mesmo artigo, ou seja, revoga a exigência de que pelo menos 4/5 do capital com direito a voto pertença a brasileiros e liberaliza a emissão das respectivas ações.

No entendimento das empresas concessionárias dos serviços de transporte aéreo público regular a proposta de revogação da restrição de participação do capital estrangeiro em empresas aéreas brasileiras, não leva em consideração o caráter estratégico do setor para a economia e a segurança nacionais, o que desaconselha à aprovação do PLS.

modificado em 28/09/2015 às 17:05

PLS 330/2015

Autor: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)

Relator: Senador Jader Barbalho (PMDB-PA)

Status: em acompanhamento

Tema: Capital Estrangeiro

Prioridade: Sim

Notas Técnicas: Sim

Foco

Eliminar a restrição quanto à participação de capital estrangeiro em empresas brasileiras de transporte aéreo

modificado em 28/09/2015 às 17:05

O que é

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para permitir o investimento estrangeiro na aviação civil.

modificado em 28/09/2015 às 17:05

Situação	07/10/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Na 29ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Requerimento nº 28, de 2015-CCJ, de iniciativa do Senador Vicentinho Alves PR-TO, em aditamento ao RQJ nº 24, de 2015, para a realização de Audiência Pública em data oportuna para instruir a matéria. Matérias com a Relatoria. modificado em 04/11/2015 às 11:27
Nossa Posição	DIVERGENTE O PLS dá nova redação ao III do art. 181 da Lei nº 7.565/86, para permitir a participação de estrangeiros em metade dos cargos da diretoria executiva de empresas brasileiras de transporte aéreo, ao mesmo tempo em que propõe a revogação do inciso II e dos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do mesmo artigo, ou seja, revoga a exigência de que pelo menos 4/5 do capital com direito a voto pertença a brasileiros e liberaliza a emissão das respectivas ações. No entendimento das empresas concessionárias dos serviços de transporte aéreo público regular a proposta de revogação da restrição de participação do capital estrangeiro em empresas aéreas brasileiras, não leva em consideração o caráter estratégico do setor para a economia e a segurança nacionais, o que desaconselha à aprovação do PLS. modificado em 28/09/2015 às 17:05

PLS 02/2015

Autor: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Relator: Senador Jader Barbalho

Status: em acompanhamento **Tema:** Capital Estrangeiro **Prioridade:** Sim **Notas Técnicas:** Sim

Foco	Aumentar a participação de capital externo nas empresas brasileiras de transporte aéreo modificado em 28/09/2015 às 17:02
O que é	Revoga o inciso II e os §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 181 da Lei nº 7.565/86 (CBA) para revogar a restrição de participação do capital estrangeiro nas empresas concessionárias de serviço de transporte aéreo. modificado em 28/09/2015 às 17:02
Situação	SF ? CCJ em decisão terminativa. Designado relator o Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES). 26/08/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Adiado. 18/08/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Recebido, às 11h, relatório reformulado pelo Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES), com voto pela aprovação do Projeto 24/09/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania modificado em 28/09/2015 às 17:02
Nossa Posição	DIVERGENTE No entendimento das empresas concessionárias dos serviços de transporte aéreo público regular a proposta de revogação da restrição de participação do capital estrangeiro em empresas aéreas brasileiras não leva em consideração o caráter estratégico do setor para a economia e segurança nacionais, o que desaconselha a aprovação do PLS.

modificado em 28/09/2015 às 17:02

PLS 02/2015

Autor: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Relator: Senador Jader Barbalho

Status: em acompanhamento

Tema: Capital Estrangeiro

Prioridade: Sim

Notas Técnicas: Sim

Foco

Aumentar a participação de capital externo nas empresas brasileiras de transporte aéreo
modificado em 28/09/2015 às 17:02

O que é

Revoga o inciso II e os §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 181 da Lei nº 7.565/86 (CBA) para revogar a restrição de participação do capital estrangeiro nas empresas concessionárias de serviço de transporte aéreo.
modificado em 28/09/2015 às 17:02

Situação

24/09/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - O Presidente da Comissão, Senador José Maranhão (PMDB-PB), designa Relator da matéria o Senador Jader Barbalho (PMDB-PA).

23/09/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Matéria aguardando distribuição.

22/09/2015 - Aprovado o Requerimento nº 1070, de 2015. Passam a tramitar em conjunto as seguintes matérias: PLS 339/2014; PLS 2/2015 e PLS 330/2015. (O PLS 2/2015 e o PLS 330/2015 perdem o caráter
15
terminativo) À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

16/09/2015 - Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 1.070, de 2015, do Senador Vicentinho Alves, que solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 399, de 2014; 2 e 330, de 2015.

16/09/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Na 27ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Requerimento nº 24, de 2015-CCJ, de iniciativa do Senador Antonio Anastasia, para a realização de Audiência Pública em data oportuna para instruir a matéria. A matéria é retirada de Pauta.

09/09/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Em reunião realizada em 09/09/2015, a apreciação da matéria foi adiada.

02/09/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Juntei o Voto em separado do Senador Randolfe Rodrigues, que conclui pela rejeição do Projeto. Matéria incluída na Pauta da Comissão. A apreciação da matéria foi adiada.
modificado em 30/09/2015 às 14:39

Nossa Posição

DIVERGENTE

No entendimento das empresas concessionárias dos serviços de transporte aéreo público regular a proposta de revogação da restrição de participação do capital estrangeiro em empresas aéreas brasileiras não leva em consideração o caráter estratégico do setor para a economia e segurança nacionais, o que desaconselha a aprovação do PLS.

modificado em 28/09/2015 às 17:02

PLS 02/2015

Autor: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Relator: Senador Jader Barbalho

Status: em acompanhamento

Tema: Capital Estrangeiro

Prioridade: Sim

Notas Técnicas: Sim

Foco	Aumentar a participação de capital externo nas empresas brasileiras de transporte aéreo modificado em 28/09/2015 às 17:02
O que é	Revoga o inciso II e os §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 181 da Lei nº 7.565/86 (CBA) para revogar a restrição de participação do capital estrangeiro nas empresas concessionárias de serviço de transporte aéreo. modificado em 28/09/2015 às 17:02
Situação	07/10/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Na 29ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Requerimento nº 28, de 2015-CCJ, de iniciativa do Senador Vicentinho Alves PR-TO, em aditamento ao RQJ nº 24, de 2015, para a realização de Audiência Pública em data oportuna para instruir a matéria. Matérias com a Relatoria. modificado em 04/11/2015 às 11:24
Nossa Posição	DIVERGENTE No entendimento das empresas concessionárias dos serviços de transporte aéreo público regular a proposta de revogação da restrição de participação do capital estrangeiro em empresas aéreas brasileiras não leva em consideração o caráter estratégico do setor para a economia e segurança nacionais, o que desaconselha a aprovação do PLS. modificado em 28/09/2015 às 17:02

PLS 399/2014

Autor: Comissão de Serviços de Infraestrutura do SF

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Capital Estrangeiro

Prioridade: Sim

Notas Técnicas: Sim

Foco	aumentar a participação de capital externo nas empresas brasileiras de transporte aéreo modificado em 28/09/2015 às 16:59
O que é	Altera o art. 181 da Lei nº 7.565/86, para expandir até o limite de 49% do capital votante a possibilidade de participação de capital estrangeiro nas empresas brasileiras concessionárias de serviço de transporte aéreo público de passageiros. modificado em 28/09/2015 às 16:59
Situação	CCJ ? Aguardando designação do relator modificado em 28/09/2015 às 16:59
Nossa Posição	CONVERGENTE O PL flexibiliza a participação do capital estrangeiro nas empresas brasileiros de transporte aéreo publico regular, estabelecendo limite de participação que não prejudica o controle nacional, que se justifica em razão do caráter estratégico do setor.

modificado em 28/09/2015 às 16:59

PLS 399/2014

Autor:	Comissão de Serviços de Infraestrutura do SF			Relator:	aguarda designação		
Status:	em acompanhamento	Tema:	Capital Estrangeiro	Prioridade:	Sim	Notas Técnicas:	Sim
Foco	aumentar a participação de capital externo nas empresas brasileiras de transporte aéreo modificado em 28/09/2015 às 16:59						
O que é	Altera o art. 181 da Lei nº 7.565/86, para expandir até o limite de 49% do capital votante a possibilidade de participação de capital estrangeiro nas empresas brasileiras concessionárias de serviço de transporte aéreo público de passageiros. modificado em 28/09/2015 às 16:59						
Situação	24/09/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - O Presidente da Comissão, Senador José Maranhão (PMDB-PB), designa Relator da matéria o Senador Jader Barbalho (PMDB-PA). 23/09/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Matéria aguardando distribuição. 22/09/2015 - Aprovado o Requerimento nº 1070, de 2015. Passam a tramitar em 14 conjunto as seguintes matérias: PLS 339/2014; PLS 2/2015 e PLS 330/2015. (O PLS 2/2015 e o PLS 330/2015 perdem o caráter terminativo) À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 16/09/2015 - Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 1.070, de 2015, do Senador Vicentinho Alves, que solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 399, de 2014; 2 e 330, de 2015. modificado em 30/09/2015 às 14:38						
Nossa Posição	CONVERGENTE O PL flexibiliza a participação do capital estrangeiro nas empresas brasileiros de transporte aéreo publico regular, estabelecendo limite de participação que não prejudica o controle nacional, que se justifica em razão do caráter estratégico do setor. modificado em 28/09/2015 às 16:59						

PL 6716/2009

Autor:	Senador Paulo Otávio (PFL-DF)			Relator:	Deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB/PR) - CESP				
Status:	em acompanhamento		Tema:	Capital Estrangeiro		Prioridade:	Sim	Notas Técnicas:	Sim
Foco			Aumentar a participação de capital externo nas empresas brasileiras de transporte aéreo						
			Obs.: Árvore de apensados e outros documentos da matéria apensados 60 outros projetos de lei						

modificado em 28/09/2015 às 16:57

O que é

Altera a Lei nº 7.565/86 (CBA), para ampliar a possibilidade de participação de pessoas estrangeiras, naturais ou jurídicas, no capital das empresas brasileiras de transporte aéreo público regular, no limite de até 49% do capital com direito a voto.

modificado em 28/09/2015 às 16:57

Situação

CD ? Plenário em 20/03/2013 (matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes, com Substitutivo do Relator). No dia 10.03.15 houve a apresentação do Requerimento nº887/1, do Dep. Carlos Eduardo Cadoca(PCdoB/PE) que ?Requer inclusão na Ordem do Dia do Plenário do PL6.716/2009, que amplia a possibilidade de participação do capital externo nas empresas de transporte aéreoEste projeto tem uma árvore de 60 projetos apensados.

28/08/2015 - Apresentação do Requerimento n. 2857/2015, pelo Deputado Alan Rick (PRB-AC), que: "Requer inclusão na Ordem do Dia do Plenário do PL 6716/2009 e seus apensos, que "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para ampliar a possibilidade de participação do capital externo nas empresas de transporte aéreo"

modificado em 28/09/2015 às 16:57

Nossa Posição

CONVERGENTE

O PL flexibiliza a participação do capital estrangeiro nas empresas brasileiras de transporte aéreo público regular, estabelecendo limite de participação que não prejudica o controle nacional, que se justifica em razão do caráter estratégico do setor.

modificado em 28/09/2015 às 16:57

PL 6716/2009

Autor: Senador Paulo Otávio (PFL-DF)

Relator: Deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB/PR) - CESP

Status: em acompanhamento

Tema: Capital Estrangeiro

Prioridade: Sim

Notas Técnicas: Sim

Foco

Aumentar a participação de capital externo nas empresas brasileiras de transporte aéreo
Obs.: Árvore de apensados e outros documentos da matéria apensados 60 outros projetos de lei

modificado em 28/09/2015 às 16:57

O que é

Altera a Lei nº 7.565/86 (CBA), para ampliar a possibilidade de participação de pessoas estrangeiras, naturais ou jurídicas, no capital das empresas brasileiras de transporte aéreo público regular, no limite de até 49% do capital com direito a voto.

modificado em 28/09/2015 às 16:57

Situação

03/09/2015 - Apresentação do Requerimento n. 2921/2015, pelo Deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia do Plenário do Projeto de Lei nº 6.716, de 2009, e seus apensos, que "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para ampliar a possibilidade de participação do capital externo nas empresas de transporte aéreo". Inteiro teor

28/08/2015 - Apresentação do Requerimento n. 2857/2015, pelo Deputado Alan Rick (PRB-AC), que:

"Requer inclusão na Ordem do Dia do Plenário do PL 6716/2009 e seus apensos, que "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para ampliar a possibilidade de participação do capital externo nas empresas de transporte aéreo".

modificado em 30/09/2015 às 11:06

Nossa Posição

CONVERGENTE

O PL flexibiliza a participação do capital estrangeiro nas empresas brasileiras de transporte aéreo público regular, estabelecendo limite de participação que não prejudica o controle nacional, que se justifica em razão do caráter estratégico do setor.

modificado em 28/09/2015 às 16:57

PL 1025/2015

Autor: Deputado Bruno Covas (PSDB/SP)

Relator: Dep. Clarissa Garotinho (PP/RJ)

Status: em acompanhamento

Tema: Aeronautas e Aeroviários

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Sim

Foco

Tratamento psicológico gratuito aos aeronautas
Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 28/09/2015 às 16:42

O que é

Dispõe sobre a obrigatoriedade da companhia aérea oferecer gratuitamente serviço de acompanhamento psicológico aos pilotos, copilotos e demais empregados.

modificado em 28/09/2015 às 16:42

Situação

CD - CVT Aguardando Parecer do Relatora Dep. Clarissa Garotinho (PP/RJ)

modificado em 28/09/2015 às 16:42

Nossa Posição

DIVERGENTE

O PL tem por finalidade obrigar as companhias aéreas a oferecer atendimento psicológico gratuito e periódico aos pilotos, copilotos e demais empregados que trabalham como tripulantes nos voos que operam no país. Estabelece também que em caso de inaptidão do funcionário para participação de voos, o profissional de saúde deverá notificar diretamente à companhia aérea empregadora, resguardados os motivos sob sigilo profissional e fixa multa no valor de R\$ 100,00 (cem reais) por dia/funcionário nos casos de descumprimento.

As empresas aéreas já cumprem rigoroso e amplo programa de acompanhamento da saúde de seus funcionários, implementado de acordos com normas e recomendações previstas em tratados e acordos internacionais e na legislação aeronáutica brasileira, sendo o PL desnecessário para a aplicação da medida prevista.

modificado em 28/09/2015 às 16:42

PL 1025/2015

Autor: Deputado Bruno Covas (PSDB/SP)

Relator: Dep. Clarissa Garotinho (PP/RJ)

Status: em acompanhamento

Tema: Aeronautas e Aeroviários

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Sim

Foco	Tratamento psicológico gratuito aos aeronautas Árvore de pensados e outros documentos da matéria modificado em 28/09/2015 às 16:42
O que é	Dispõe sobre a obrigatoriedade da companhia aérea oferecer gratuitamente serviço de acompanhamento psicológico aos pilotos, copilotos e demais empregados. modificado em 28/09/2015 às 16:42
Situação	28/10/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Não foram apresentadas emendas ao substitutivo. 16/10/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões a partir de 19/10/2015). Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo. 15/10/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Parecer da Relatora, Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ), pela aprovação deste e do PL 2.190/2015, apensado, com substitutivo. modificado em 04/11/2015 às 10:58
Nossa Posição	DIVERGENTE O PL tem por finalidade obrigar as companhias aéreas a oferecer atendimento psicológico gratuito e periódico aos pilotos, copilotos e demais empregados que trabalham como tripulantes nos voos que operam no país. Estabelece também que em caso de inaptidão do funcionário para participação de voos, o profissional de saúde deverá notificar diretamente à companhia aérea empregadora, resguardados os motivos sob sigilo profissional e fixa multa no valor de R\$ 100,00 (cem reais) por dia/funcionário nos casos de descumprimento. As empresas aéreas já cumprem rigoroso e amplo programa de acompanhamento da saúde de seus funcionários, implementado de acordos com normas e recomendações previstas em tratados e acordos internacionais e na legislação aeronáutica brasileira, sendo o PL desnecessário para a aplicação da medida prevista. modificado em 28/09/2015 às 16:42

PL 7812/2014

Autor: Deputado Rodrigo Maia (DEM/RJ)

Relator: Dep. Clarissa Garotinho (PR/RJ)

Status: encerrado

Tema: Aeronautas e Aeroviários

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	Criar mais uma profissão nos setores de aviação civil e de infraestrutura aeroportuária Árvore de pensados e outros documentos da matéria
-------------	--

modificado em 28/09/2015 às 16:38

O que é

Dispõe sobre a profissão de ?Agente de Proteção da Aviação Civil ? APAC?, e dá outras providências.

modificado em 28/09/2015 às 16:38

Situação

CD ? CVT, Aguardando parecer da relatora, Dep. Clarissa Garotinho (PR/RJ)

modificado em 28/09/2015 às 16:38

Nossa Posição

DIVERGENTE

A proposição prevê a criação e a regulamentação uma nova carreira, denominada de ?Agente de Proteção da Aviação Civil ? APAC?, reservando aos respectivos agentes as seguintes atribuições: I - atuação na inspeção e segurança aeroportuário em conformidade com a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; II - inspeção de segurança a bordo de aeronaves civis, porte e transporte de cargas perigosas, armamento, explosivos, material bélico ou de quaisquer outros produtos, substâncias ou objetos que possam por em risco os tripulantes, passageiros ou a própria aeronave, bem como aqueles que sejam nocivos à saúde; III - atuação nos embarques nacionais, internacionais, terminais de carga e pátios das aeronaves; IV ? operação de aparelhos de raios-X; V - inspeção de bagagens; VI - controle no fluxo de passageiros às áreas de embarque; e VII - controle de funcionários através de credenciais por meio eletrônico.

Propõe, também, o autor do PL, que a carga horária de trabalho de um APAC, seja fixada em seis horas, fixa piso salarial e determina que o exercício da profissão de APAC deva se submeter a prévio registro na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.

As atribuições da carreira que se pretende criar invadem esfera de competência do Estado, a quem cabe exercer, com exclusividade, o poder de polícia e a fiscalização das atividades de aviação civil e de infraestrutura aeroportuária e aeronáutica, razão pela qual há vício de iniciativa, uma vez que, ao dispor sobre matéria de competência de órgãos e agências federais, invade esfera de iniciativa reservada ao Presidente da República.

No mérito, o PL é rigorosamente desnecessário, uma vez que as atribuições da carreira proposta já são exercidas por servidores públicos federais e por aeroviários devidamente autorizados (trabalhador que, não sendo aeronauta, exerce função remunerada nos serviços terrestres de empresas de transportes aéreos e de infraestrutura aeroportuária, cuja profissão é regulada pelo Decreto nº 1.232, de 22 de junho de 1962).

modificado em 28/09/2015 às 16:38

PL 7944/2010

Autor: Deputado Rodrigo Maia (DEM/RJ)

Relator: Deputado Benjamin Maranhão (SD-PB)

Status: encerrado

Tema: Aeronautas e Aeroviários

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	<p>Cria entidade para a gestão dos negócios e trabalho dos aeronautas</p> <p>Árvore de apensados e outros documentos da matéria</p> <p>modificado em 28/09/2015 às 16:29</p>
O que é	<p>Cria o ?Conselho Especial para Gestão dos Negócios e Trabalho de Aeronautas?, pessoa jurídica de direito privado, entidade não integrante da Administração Pública, a quem competirá a gestão de negócios referentes aos direitos, deveres, recrutamento e aperfeiçoamento de pessoal destinado ao exercício da profissão de aeronauta.</p> <p>modificado em 28/09/2015 às 16:29</p>
Situação	<p>CD - CTASP, Aguardando parecer do relator, Dep. Benjamin Maranhão (SD-PB)</p> <p>modificado em 28/09/2015 às 16:29</p>
Nossa Posição	<p>DIVERGENTE</p> <p>O PL cria, equivocadamente, uma entidade com personalidade jurídica de direito privado. O equívoco está em que uma entidade privada não vinculada à Administração Pública não deve ser criada por lei, mas sim de mediante registro junto aos cartórios e órgãos competentes por parte dos interessados na sua instituição. Além disto, o PL, ao fixar atribuição para a Agência Nacional de Aviação Civil -ANAC, invade matéria cuja iniciativa é reservada, com exclusividade, ao Presidente da República.</p> <p>modificado em 28/09/2015 às 16:29</p>

PL 4999/1990

Autor: Senador Roberto Saturnino (PDT-RJ)

Relator: Deputado Nilson Gibson (PMN/PE)

Status: em acompanhamento

Tema: Aeronautas e Aeroviários

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	<p>Adicional de periculosidade para os aeroviários</p> <p>Obs.: origem no Senado Federal (PLS 320/85)</p> <p>Árvore de apensados e outros documentos da matéria</p> <p>modificado em 28/09/2015 às 16:25</p>
O que é	<p>Dispõe sobre concessão do adicional de insalubridade aos trabalhadores da categoria dos aeroviários, nas funções que especifica.</p> <p>modificado em 28/09/2015 às 16:25</p>
Situação	<p>CD - Mesa Diretora, em 09/05/1996: aguarda deliberação de recurso que solicita apreciação pelo Plenário. Está na relação de PLs que o Plenário pode apreciar para exame do recurso.</p> <p>23/06/2015 - Aprovado o Recurso n. 70/1996. A matéria virá à pauta do Plenário oportunamente.</p> <p>modificado em 28/09/2015 às 16:25</p>
Nossa Posição	<p>DIVERGENTE</p> <p>O PL tem por finalidade assegurar a percepção do adicional de insalubridade, em valor</p>

correspondente ao grau médio, os trabalhadores da categoria dos aeroviários que exercem as seguintes funções: a) recepcionistas; b) despachantes operacionais de vôo; c) despachantes (técnico de tráfego e de carga); d) conferentes (de carga, de tráfego e de comissaria); e) motoristas; f) tarifeiros; g) escaladores de tripulantes; h) faxineiros de avião, fixos na rampa; i) ajudantes de linha, fixos na rampa; j) chefes de equipe, fixos na rampa; l) motoristas, fixos na rampa; m) auxiliares de supervisor, fixos na rampa; n) supervisores, fixos na rampa; o) apontadores de pista, fixos na rampa; p) coordenadores de manutenção, fixos na rampa; q) mecânicos de manutenção, fixos na rampa; r) funcionários dos hangares de manutenção; e s) funcionários dos hangares de carga.

Trata-se de projeto rigorosamente desnecessário, uma vez que a prestação de serviços em ambientes insalubres devidamente caracterizados de acordo com as normas legais e regulamentares vigentes já assegura aos trabalhadores o respectivo adicional.

modificado em 28/09/2015 às 16:25

PL 4999/1990

Autor: Senador Roberto Saturnino (PDT-RJ)

Relator: Deputado Nilson Gibson (PMN/PE)

Status: em acompanhamento

Tema: Aeronautas e Aeroviários

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Adicional de periculosidade para os aeroviários
Obs.: origem no Senado Federal (PLS 320/85)
Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 28/09/2015 às 16:25

O que é

Dispõe sobre concessão do adicional de insalubridade aos trabalhadores da categoria dos aeroviários, nas funções que especifica.
modificado em 28/09/2015 às 16:25

Situação

23/06/2015 - Aprovado o Recurso n. 70/1996. A matéria virá à pauta do Plenário oportunamente.
modificado em 04/11/2015 às 10:07

Nossa Posição

DIVERGENTE
O PL tem por finalidade assegurar a percepção do adicional de insalubridade, em valor correspondente ao grau médio, os trabalhadores da categoria dos aeroviários que exercem as seguintes funções: a) recepcionistas; b) despachantes operacionais de vôo; c) despachantes (técnico de tráfego e de carga); d) conferentes (de carga, de tráfego e de comissaria); e) motoristas; f) tarifeiros; g) escaladores de tripulantes; h) faxineiros de avião, fixos na rampa; i) ajudantes de linha, fixos na rampa; j) chefes de equipe, fixos na rampa; l) motoristas, fixos na rampa; m) auxiliares de supervisor, fixos na rampa; n) supervisores, fixos na rampa; o) apontadores de pista, fixos na rampa; p) coordenadores de manutenção, fixos na rampa; q) mecânicos de manutenção, fixos na rampa; r) funcionários dos hangares de manutenção; e s) funcionários dos hangares de carga.

Trata-se de projeto rigorosamente desnecessário, uma vez que a prestação de serviços em ambientes insalubres devidamente caracterizados de acordo com as normas legais e regulamentares vigentes já assegura aos trabalhadores o respectivo adicional.

modificado em 28/09/2015 às 16:25

PL 3046/2011

Autor: Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)

Relator: Deputado Raul Lima (PP/RR)

Status: em acompanhamento

Tema: Tributação

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

desoneração tributária
Árvore de apensados e outros documentos da matéria (ver site CD)
modificado em 28/09/2015 às 16:12

O que é

Altera a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, para dispor sobre isenção do pagamento da tarifa aeroportuária.
modificado em 28/09/2015 às 16:12

Situação

CD ? Mercosul Aguardando Parecer do Relator Dep. Arthur Oliveira Maia (SD-BA) na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. (MERCOSUL)
modificado em 28/09/2015 às 16:12

Nossa Posição

CONVERGENTE
O PL acrescenta ao art. 1º da Lei nº 7.920/89, novo § 2º, para isentar do pagamento do ATAERO incidente sobre a tarifa de embarque internacional, o passageiro de voo destinado a países do Mercosul.

Trata-se de medida oportuna que trará benefício econômico aos passageiros que embarcam no Brasil com destino países do MERCUSUL ou a países a ele associados, incrementando o fluxo de passageiros e, por conseguinte, contribuindo para o processo de integração regional.

modificado em 28/09/2015 às 16:12

PL 3046/2011

Autor: Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)

Relator: Deputado Raul Lima (PP/RR)

Status: em acompanhamento

Tema: Tributação

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

desoneração tributária
Árvore de apensados e outros documentos da matéria (ver site CD)
modificado em 28/09/2015 às 16:12

O que é	Altera a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, para dispor sobre isenção do pagamento da tarifa aeroportuária. modificado em 28/09/2015 às 16:12
Situação	16/09/2015 - Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. (MERCOSUL) - Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo. 03/09/2015 - Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. (MERCOSUL) - Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões a partir de 04/09/2015). 02/09/2015 - Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. (MERCOSUL) - Parecer do Relator, Dep. Arthur Oliveira Maia (SD-BA), pela aprovação, com substitutivo. modificado em 30/09/2015 às 11:31
Nossa Posição	CONVERGENTE O PL acrescenta ao art. 1º da Lei nº 7.920/89, novo § 2º, para isentar do pagamento do ATAERO incidente sobre a tarifa de embarque internacional, o passageiro de voo destinado a países do Mercosul. Trata-se de medida oportuna que trará benefício econômico aos passageiros que embarcam no Brasil com destino países do MERCUSUL ou a países a ele associados, incrementando o fluxo de passageiros e, por conseguinte, contribuindo para o processo de integração regional. modificado em 28/09/2015 às 16:12

PL 3046/2011

Autor: Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)

Relator: Deputado Raul Lima (PP/RR)

Status: em acompanhamento

Tema: Tributação

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	desoneração tributária Árvore de apensados e outros documentos da matéria (ver site CD) modificado em 28/09/2015 às 16:12
O que é	Altera a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, para dispor sobre isenção do pagamento da tarifa aeroportuária. modificado em 28/09/2015 às 16:12
Situação	22/10/2015 - Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. (MERCOSUL) - Prazo de Vista Encerrado. 20/10/2015 - Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. (MERCOSUL) - Vista conjunta aos Deputados Arlindo Chinaglia e Ságuas Moraes. modificado em 04/11/2015 às 10:35
Nossa Posição	CONVERGENTE O PL acrescenta ao art. 1º da Lei nº 7.920/89, novo § 2º, para isentar do pagamento do ATAERO incidente sobre a tarifa de embarque internacional, o passageiro de voo destinado a países do Mercosul.

Trata-se de medida oportuna que trará benefício econômico aos passageiros que embarcam no Brasil com destino países do MERCUSUL ou a países a ele associados, incrementando o fluxo de passageiros e, por conseguinte, contribuindo para o processo de integração regional.

modificado em 28/09/2015 às 16:12

PLP 20/2003

Autor: Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)

Relator: Deputado Osmar Serraglio (PMDB/PR)

Status: em acompanhamento

Tema: Tributação

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

ICMS sobre querosene de aviação
Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 28/09/2015 às 16:10

O que é

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.?

modificado em 28/09/2015 às 16:10

Situação

CD ? 06/02/2015 ?Desarquivado. Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN); Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

modificado em 28/09/2015 às 16:10

Nossa Posição

CONVERGENTE

O PLP 20/03 altera dispositivos da Lei Complementar nº 87/96, para permitir que o ICMS possa ser cobrado mediante incidência monofásica, mesmo ocorrendo operação interestadual. Ao PLP 20/03 foi apensado o PLP 25/03, com idêntica finalidade. Tanto o projeto principal, como o apensado, cumpre com perfeição a norma de definição dos combustíveis e lubrificantes sujeitos à cobrança unifásica, nos termos exigidos pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001, que alterou as normas do ICMS para permitir a referida incidência monofásica. Ambos os PLPs incluem o querosene de aviação na extensa lista dos combustíveis sujeitos à incidência monofásica, o que poderá permitir redução nos preços dos tributos incidentes.

modificado em 28/09/2015 às 16:10

PLP 20/2003

Autor: Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)

Relator: Deputado Osmar Serraglio (PMDB/PR)

Status: em acompanhamento

Tema: Tributação

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	ICMS sobre querosene de aviação Árvore de apensados e outros documentos da matéria modificado em 28/09/2015 às 16:10
O que é	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. modificado em 28/09/2015 às 16:10
Situação	20/10/2003 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Parecer do Relator, Dep. Osmar Serraglio, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, e do PLP 25/2003, apensado, com emendas. modificado em 04/11/2015 às 10:15
Nossa Posição	CONVERGENTE O PLP 20/03 altera dispositivos da Lei Complementar nº 87/96, para permitir que o ICMS possa ser cobrado mediante incidência monofásica, mesmo ocorrendo operação interestadual. Ao PLP 20/03 foi apensado o PLP 25/03, com idêntica finalidade. Tanto o projeto principal, como o apensado, cumpre com perfeição a norma de definição dos combustíveis e lubrificantes sujeitos à cobrança unifásica, nos termos exigidos pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001, que alterou as normas do ICMS para permitir a referida incidência monofásica. Ambos os PLPs incluem o querosene de aviação na extensa lista dos combustíveis sujeitos à incidência monofásica, o que poderá permitir redução nos preços dos tributos incidentes. modificado em 28/09/2015 às 16:10

PLS 39/2014

Autor: Senador Vital do Rego (PMDB/PB)

Relator: Senador Waldemir Moka (PMDB/MS)

Status:	em acompanhamento	Tema:	Regulação Tarifária	Prioridade:	Não	Notas Técnicas:	Sim
Foco	transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano modificado em 28/09/2015 às 15:44						
O que é	Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para instituir a obrigatoriedade de reserva de vaga e espaço para o transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento. modificado em 28/09/2015 às 15:44						
Situação	SF ? Aprovado em 06.07.15. Em 08.07.15 foi remetido a Câmara dos Deputados para revisão modificado em 28/09/2015 às 15:44						
Nossa Posição	CONVERGENTE A proposição legislativa estabelece que os órgãos públicos civis, as instituições militares e às empresas públicas ou privadas que operem ou utilizem veículos de transporte de pessoas e						

cargas, por via terrestre, aérea ou aquática, são obrigados a dar prioridade ao transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento, devendo reservar espaço adequado à acomodação do material, na forma do regulamento, bem como uma vaga de passageiro para integrante da equipe de captação e distribuição de órgãos que acompanhará o transporte do material.

Propõe, também, que o transporte em veículo de órgão civil, de instituição militar ou de empresa pública seja feito à título gratuito, mesmo que o estabelecimento de saúde de origem ou de destino do material seja privado e que o realizado por empresa privada seja a título oneroso, respeitados os seguintes critérios: I ? se os estabelecimentos de origem e de destino do material são de natureza privada, o pagamento será feito conforme acordo entre as partes; II ? se o estabelecimento de origem do material é público e o de destino é privado, o pagamento será feito pelo destinatário, conforme acordo entre este e a empresa; III ? independentemente da natureza pública ou privada do estabelecimento de origem, se o destinatário do material é estabelecimento público, o pagamento será feito pelo Sistema Único de Saúde, segundo as normas aplicáveis à contratação de serviços pelo Sistema.

Por fim, permite a gratuidade do transporte concedida por cortesia da empresa, vedada contrapartida ou compensação de qualquer natureza por parte da União.

O PLS é adequado e atende o interesse público.

modificado em 28/09/2015 às 15:44

PL 4313/2012

Autor: Deputado Professor Victório Galli (PMDB-MT)

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Sim

Notas Técnicas: Não

Foco

Transporte gratuito para idosos carentes
Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 28/09/2015 às 15:42

O que é

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para tratar sobre a gratuidade para idosos no serviço de transporte aéreo doméstico.
modificado em 28/09/2015 às 15:42

Situação

Mesa Diretora - Apensado ao PL 6963/2010
modificado em 28/09/2015 às 15:42

Nossa Posição

DIVERGENTE
O projeto estende para o transporte aéreo doméstico a reserva de duas vagas gratuitas por veículo (tarifa zero), já estabelecidas na Lei nº 10.741/03 em benefício dos idosos com renda igual ou inferior a dois salários-mínimos, instituindo benefício social sem indicar a necessária contrapartida, ou seja,

propõe que os custos decorrentes sejam suportados exclusivamente pelas empresas aéreas transportadoras.

Propõe, portanto, o autor da iniciativa, que seja instituída uma política de cunho assistencialista, para obrigar as empresas a financiarem, com recursos próprios, os custos decorrentes de tal política. Todavia, não indica a necessária contrapartida da fonte de custeio pública, ou seja, perante tal omissão o pressuposto é que tal custo seja suportado exclusivamente pelas empresas transportadoras, inobstante já estarem as mesmas submetidas ao pagamento de elevados tributos (impostos e contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico) especialmente criados e destinados para a mesma finalidade.

De regra sustenta-se que a adoção de políticas assistencialistas é compatível com o pacto social expresso na CF de 1988, onde a República tem por fundamento construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais, além de promover o bem de todos (CF, art. 3º).

Ocorre que, exceto no que se refere à gratuidade do transporte coletivo urbano para os maiores de 65 anos (CF, art. 230, § 2º), a CF determina que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de contribuições sociais especialmente instituídas para a mesma finalidade e estabelecendo que nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total (art. 195, caput e § 5º). Todavia, autoriza que sejam instituídas outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social (art. 195, § 4º), ressaltando, neste caso, que devem ser observadas as disposições do seu art. 154, I, que autoriza a União a criar, mediante lei complementar, impostos não previstos no seu art. 153, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos já discriminados.

A proposição, portanto, não preenche os requisitos constitucionais exigidos para a sua aprovação, além do que, se convertida em lei, implicará no aumento dos preços das passagens aéreas, com prejuízo para os demais consumidores idosos que não sejam carentes.

modificado em 28/09/2015 às 15:42

PL 4313/2012

Autor: Deputado Professor Victório Galli (PMDB-MT)

Relator: aguarda designação

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Sim

Notas Técnicas: Não

Foco

Transporte gratuito para idosos carentes

Árvore de pensados e outros documentos da matéria

modificado em 28/09/2015 às 15:42

O que é

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para tratar sobre a gratuidade para idosos no serviço de transporte aéreo doméstico.

modificado em 28/09/2015 às 15:42

Situação

18/05/2015 -

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - O projeto principal (PL 1967/1999) foi devolvido ao Relator, Dep. Sarney Filho (PV-MA).

modificado em 30/09/2015 às 11:35

Nossa Posição

DIVERGENTE

O projeto estende para o transporte aéreo doméstico a reserva de duas vagas gratuitas por veículo (tarifa zero), já estabelecidas na Lei nº 10.741/03 em benefício dos idosos com renda igual ou inferior a dois salários-mínimos, instituindo benefício social sem indicar a necessária contrapartida, ou seja, propõe que os custos decorrentes sejam suportados exclusivamente pelas empresas aéreas transportadoras.

Propõe, portanto, o autor da iniciativa, que seja instituída uma política de cunho assistencialista, para obrigar as empresas a financiarem, com recursos próprios, os custos decorrentes de tal política.

Todavia, não indica a necessária contrapartida da fonte de custeio pública, ou seja, perante tal omissão o pressuposto é que tal custo seja suportado exclusivamente pelas empresas transportadoras, inobstante já estarem as mesmas submetidas ao pagamento de elevados tributos (impostos e contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico) especialmente criados e destinados para a mesma finalidade.

De regra sustenta-se que a adoção de políticas assistencialistas é compatível com o pacto social expresso na CF de 1988, onde a República tem por fundamento construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais, além de promover o bem de todos (CF, art. 3º).

Ocorre que, exceto no que se refere à gratuidade do transporte coletivo urbano para os maiores de 65 anos (CF, art. 230, § 2º), a CF determina que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de contribuições sociais especialmente instituídas para a mesma finalidade e estabelecendo que nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total (art. 195, caput e § 5º). Todavia, autoriza que sejam instituídas outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social (art. 195, § 4º), ressalvando, neste caso, que devem ser observadas as disposições do seu art. 154, I, que autoriza a União a criar, mediante lei complementar, impostos não previstos no seu art. 153, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos já discriminados.

A proposição, portanto, não preenche os requisitos constitucionais exigidos para a sua aprovação, além do que, se convertida em lei, implicará no aumento dos preços das passagens aéreas, com prejuízo para os demais consumidores idosos que não sejam carentes.

modificado em 28/09/2015 às 15:42

PL 4243/2012

Autor: Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)

Relator: Deputado Milton Monti (PR-SP)

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Sim

Foco	gratuidade para transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano Árvore de apensados e outros documentos da matéria (ver site CD) modificado em 28/09/2015 às 15:40
O que é	Estabelece que o transporte aéreo de órgãos, tecidos e partes do corpo humano em aviões de companhias aéreas atuantes em território nacional será gratuito e obrigatório. modificado em 28/09/2015 às 15:40
Situação	CD - CVT, aguardando Parecer do Relator Dep. Milton Monti (PR-SP) modificado em 28/09/2015 às 15:40
Nossa Posição	DIVERGENTE O PL transfere para as companhias aéreas (agentes privados) a obrigação de arcarem com os custos de uma medida que tem natureza eminentemente assistencial, no pressuposto de que os custos gerados pela redução tarifária serão repassados aos usuários do transporte aéreo e não à sociedade, a quem cabe financiar a seguridade social, ou seja, o projeto cria benefício sem indicar a correspondente fonte de custeio total. modificado em 28/09/2015 às 15:40

PL 4243/2012

Autor: Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)

Relator: Deputado Milton Monti (PR-SP)

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Sim

Foco	gratuidade para transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano Árvore de apensados e outros documentos da matéria (ver site CD) modificado em 28/09/2015 às 15:40
O que é	Estabelece que o transporte aéreo de órgãos, tecidos e partes do corpo humano em aviões de companhias aéreas atuantes em território nacional será gratuito e obrigatório. modificado em 28/09/2015 às 15:40
Situação	28/10/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões a partir de 29/10/2015). 26/10/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Parecer do Relator, Dep. Milton Monti (PR-SP), pela aprovação deste, e do Substitutivo 1 da CSSF, com substitutivo. modificado em 04/11/2015 às 10:37

Nossa Posição	DIVERGENTE
	O PL transfere para as companhias aéreas (agentes privados) a obrigação de arcarem com os custos de uma medida que tem natureza eminentemente assistencial, no pressuposto de que os custos gerados pela redução tarifária serão repassados aos usuários do transporte aéreo e não à sociedade, a quem cabe financiar a seguridade social, ou seja, o projeto cria benefício sem indicar a correspondente fonte de custeio total.
	modificado em 28/09/2015 às 15:40

PL 4243/2012

Autor: Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)

Relator: Deputado Milton Monti (PR-SP)

Status: em acompanhamento **Tema:** Regulação Tarifária **Prioridade:** Não **Notas Técnicas:** Sim

Foco	gratuidade para transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano Árvore de apensados e outros documentos da matéria (ver site CD) modificado em 28/09/2015 às 15:40
-------------	---

O que é	Estabelece que o transporte aéreo de órgãos, tecidos e partes do corpo humano em aviões de companhias aéreas atuantes em território nacional será gratuito e obrigatório. modificado em 28/09/2015 às 15:40
----------------	--

Situação	modificado em 04/11/2015 às 10:37
-----------------	-----------------------------------

Nossa Posição	DIVERGENTE
	O PL transfere para as companhias aéreas (agentes privados) a obrigação de arcarem com os custos de uma medida que tem natureza eminentemente assistencial, no pressuposto de que os custos gerados pela redução tarifária serão repassados aos usuários do transporte aéreo e não à sociedade, a quem cabe financiar a seguridade social, ou seja, o projeto cria benefício sem indicar a correspondente fonte de custeio total.
	modificado em 28/09/2015 às 15:40

PLS 303/2012

Autor: Senadora Ana Amélia (PP/RS)

Relator: Senador Vicentinho Alves (PR/TO)

Status: em acompanhamento **Tema:** Regulação Tarifária **Prioridade:** Sim **Notas Técnicas:** Não

Foco	assegurar tratamento tarifário isonômico entre voos domésticos e internacionais com origem ou destino em cidades-gêmeas fronteiriças. modificado em 28/09/2015 às 15:33
-------------	--

O que é	Altera a Lei nº 6.009/73, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências, para assegurar tratamento tarifário isonômico entre voos domésticos e internacionais com origem ou destino em cidades-gêmeas fronteiriças. modificado em 28/09/2015 às 15:33
Situação	SF- CI, pronta para a pauta, com minuta de parecer favorável da matéria, com uma subemenda à Emenda nº 1 ? CAE, do relator, Senador Vicentinho Alves. 12/08/2015 - CI - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura - Em reunião realizada nesta data, é concedida vista coletiva da matéria. 03/09/2015 - PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO modificado em 28/09/2015 às 15:33
Nossa Posição	CONVERGENTE A iniciativa é meritória, uma vez que por objetivo reduzir o custo do transporte aéreo internacional regional com destino ou origem em cidades gêmeas fronteiriças. modificado em 28/09/2015 às 15:33

PLS 303/2012

Autor:	Senadora Ana Amélia (PP/RS)			Relator:	Senador Vicentinho Alves (PR/TO)							
Status:	em acompanhamento			Tema:	Regulação Tarifária		Prioridade:	Sim		Notas Técnicas:	Não	
Foco	assegurar tratamento tarifário isonômico entre voos domésticos e internacionais com origem ou destino em cidades-gêmeas fronteiriças. modificado em 28/09/2015 às 15:33											
O que é	Altera a Lei nº 6.009/73, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências, para assegurar tratamento tarifário isonômico entre voos domésticos e internacionais com origem ou destino em cidades-gêmeas fronteiriças. modificado em 28/09/2015 às 15:33											
Situação	03/09/2015 - CI - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura - O relator da matéria, Senador Vicentinho Alves (PR/TO), apresenta nova minuta de parecer, em substituição à anterior, pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 1-CAE, na forma do substitutivo que apresenta. modificado em 30/09/2015 às 14:27											
Nossa Posição	CONVERGENTE A iniciativa é meritória, uma vez que por objetivo reduzir o custo do transporte aéreo internacional regional com destino ou origem em cidades gêmeas fronteiriças. modificado em 28/09/2015 às 15:33											

PL 4804/2009

Autor: Dep. Elcione Barbalho (PMDB/PA)

Relator: Dep. Giroto (CVT)

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	tabelar preços de tarifas aéreas modificado em 18/09/2015 às 17:39
O que é	Modifica a Lei nº 11.182, de 2005, para restringir a aplicação do regime de liberdade tarifária na prestação de serviços aéreos regulares. modificado em 18/09/2015 às 17:36
Situação	CD/Mesa Diretora, em 28/03/12: PL transferido para o Plenário. A CVT rejeitou o Projeto, nos termos do parecer do relator, Deputado Giroto. modificado em 18/09/2015 às 17:36
Nossa Posição	<p>DIVERGENTE</p> <p>O PL objetiva restringir a liberdade tarifária assegurada no art. 49 da Lei nº 11.182, de 2005, nos termos abaixo:</p> <p>?Art. 49. Prevalecerá o regime de liberdade tarifária na prestação de serviços aéreos regulares em linhas exploradas por mais de um concessionário ou permissionário, cabendo-lhes, nesse caso, determinar suas próprias tarifas, comunicando-as à ANAC na forma e no prazo que a Agência definir.</p> <p>§ ?1º Nas linhas aéreas exploradas por apenas um concessionário ou permissionário, a prestação de serviços regulares estará sujeita às regras tarifárias que a ANAC lhe impuser, no intuito de evitar preços abusivos.?</p> <p>A liberdade tarifária em conjunto com a liberdade de exploração de qualquer linha aérea constitui instrumento fundamental para o desenvolvimento do transporte aéreo. A proposição legislativa gera um modelo híbrido, em que a maior parte das linhas hoje exploradas se sujeitaria a restrições impostas pelo órgão regulador, sobretudo em linhas aéreas regionais. A proposta impacta a eficiência econômica e prejudica a competitividade das empresas, podendo resultar em abandono de rotas de menor tráfego. Além disto, a proposta implicaria em aumento do custo regulatório da ANAC e insegurança jurídica às companhias aéreas, que poderiam vir a ter seus preços tabelados, repisando o mesmo modelo que levou à falência, simultaneamente e num curto período de tempo, as empresas que compunham os Grupos VARIG, VASP e TRANSBRASIL.</p> <p>O êxito do modelo tarifário atual, levou à redução dos preços médios das passagens aéreas em de 50% nos últimos anos, enquanto a quantidade de passageiros transportados mais que dobrou no mesmo período, demonstrando que a adoção do regime de liberdade tarifária combinado com o regime de liberdade de exploração de qualquer linha aérea aumentou a eficiência do mercado e propiciou maior concorrência entre as empresas aéreas.</p> <p>A proposição se convertida em lei implicará em greve retrocesso, com prejuízo, sobretudo, para os consumidores.</p> <p>modificado em 18/09/2015 às 17:36</p>

PL 4804/2009

Autor: Dep. Elcione Barbalho (PMDB/PA)

Relator: Dep. Giroto (CVT)

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	tabelar preços de tarifas aéreas modificado em 18/09/2015 às 17:39
O que é	Modifica a Lei nº 11.182, de 2005, para restringir a aplicação do regime de liberdade tarifária na prestação de serviços aéreos regulares. modificado em 18/09/2015 às 17:36
Situação	06/02/2015 ? O projeto que havia sido arquivado no dia 31/01, foi desarquivado nesta data. Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). modificado em 30/09/2015 às 11:04
Nossa Posição	<p>DIVERGENTE</p> <p>O PL objetiva restringir a liberdade tarifária assegurada no art. 49 da Lei nº 11.182, de 2005, nos termos abaixo:</p> <p>?Art. 49. Prevalecerá o regime de liberdade tarifária na prestação de serviços aéreos regulares em linhas exploradas por mais de um concessionário ou permissionário, cabendo-lhes, nesse caso, determinar suas próprias tarifas, comunicando-as à ANAC na forma e no prazo que a Agência definir.</p> <p>§ ?1º Nas linhas aéreas exploradas por apenas um concessionário ou permissionário, a prestação de serviços regulares estará sujeita às regras tarifárias que a ANAC lhe impuser, no intuito de evitar preços abusivos.?</p> <p>A liberdade tarifária em conjunto com a liberdade de exploração de qualquer linha aérea constitui instrumento fundamental para o desenvolvimento do transporte aéreo. A proposição legislativa gera um modelo híbrido, em que a maior parte das linhas hoje exploradas se sujeitaria a restrições impostas pelo órgão regulador, sobretudo em linhas aéreas regionais. A proposta impacta a eficiência econômica e prejudica a competitividade das empresas, podendo resultar em abandono de rotas de menor tráfego. Além disso, a proposta implicaria em aumento do custo regulatório da ANAC e insegurança jurídica às companhias aéreas, que poderiam vir a ter seus preços tabelados, repisando o mesmo modelo que levou à falência, simultaneamente e num curto período de tempo, as empresas que compunham os Grupos VARIG, VASP e TRANSBASIL.</p> <p>O êxito do modelo tarifário atual, levou à redução dos preços médios das passagens aéreas em de 50% nos últimos anos, enquanto a quantidade de passageiros transportados mais que dobrou no mesmo período, demonstrando que a adoção do regime de liberdade tarifária combinado com o regime de liberdade de exploração de qualquer linha aérea aumentou a eficiência do mercado e propiciou maior concorrência entre as empresas aéreas.</p> <p>A proposição se convertida em lei implicará em greve retrocesso, com prejuízo, sobretudo, para os consumidores.</p>

modificado em 18/09/2015 às 17:36

PL 2974/2008

Autor: Deputado Lira Maia (DEM-PA)

Relator: Deputado Paes Landim (PTB-PI)

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Sim

Notas Técnicas: Não

Foco	conceder crédito de franquia de bagagem modificado em 18/09/2015 às 11:05
O que é	Concede ao passageiro crédito de quilos quando os pertences despachados não totalizarem o peso máximo a que tem direito como franquia de bagagem, podendo utilizá-lo para abater excesso de peso em viagens futuras. modificado em 18/09/2015 às 11:05
Situação	modificado em 18/09/2015 às 11:05
Nossa Posição	DIVERGENTE A possibilidade de a franquia de bagagem não utilizada ser convertida em crédito aos passageiros que não a esgotem interfere na liberdade das empresas determinarem livremente os preços dos seus serviços (tarifas), o que implicará na elevação dos seus custos operacionais, com efeitos danosos sobre os preços das passagens. Além disto, a operacionalização da proposta ficará comprometida nos casos em que um número elevado de passageiros detentores de ?créditos? de bagagem pretenda utilizá-los no mesmo voo, o que ensejaria sobrepeso, pondo em risco a segurança da aeronave. modificado em 18/09/2015 às 17:33

PL 2974/2008

Autor: Deputado Lira Maia (DEM-PA)

Relator: Deputado Paes Landim (PTB-PI)

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Sim

Notas Técnicas: Não

Foco	conceder crédito de franquia de bagagem modificado em 18/09/2015 às 11:05
O que é	Concede ao passageiro crédito de quilos quando os pertences despachados não totalizarem o peso máximo a que tem direito como franquia de bagagem, podendo utilizá-lo para abater excesso de peso em viagens futuras. modificado em 18/09/2015 às 11:05
Situação	CD ? Mesa Diretora (arquivado em 31.01.2015, nos termos do art. 105 do RI da CD). Aprovado na CVT e CDC. Projeto pode ser arquivado em definitivo.

modificado em 18/09/2015 às 17:33

Nossa Posição

DIVERGENTE

A possibilidade de a franquia de bagagem não utilizada ser convertida em crédito aos passageiros que não a esgotem interfere na liberdade das empresas determinarem livremente os preços dos seus serviços (tarifas), o que implicará na elevação dos seus custos operacionais, com efeitos danosos sobre os preços das passagens.

Além disto, a operacionalização da proposta ficará comprometida nos casos em que um número elevado de passageiros detentores de "créditos" de bagagem pretenda utilizá-los no mesmo voo, o que ensejaria sobreposição, pondo em risco a segurança da aeronave.

modificado em 18/09/2015 às 17:33

PL 4389/2004

Autor: Deputado João Campos (PSDB/GO)

Relator: Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO).

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Sim

Foco

gratuidade no transporte de cadáveres e órgãos humanos

modificado em 18/09/2015 às 11:02

O que é

GRATUIDADE DO TRASLADO INTERESTADUAL DE CADÁVERES OU RESTOS MORTAIS HUMANOS, BEM COMO DE ÓRGÃOS E TECIDOS HUMANOS PARA FINS DE TRANSPLANTE, POR EMPRESAS BRASILEIRAS DE TRANSPORTE AÉREO.

modificado em 18/09/2015 às 10:53

Situação

Pronta para Pauta na Comissão de Seguridade Social e Família - CSSF. Parecer da Relatora, Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), pela aprovação. Inteiro teor. Aguardando realização de audiência pública.

02/06/2015 - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) - Aprovado requerimento do Sr. Darcísio Perondi que solicita a realização de Audiência Pública para discutir o PL 4389/2004, do dep. João Campos. Retirado de pauta pela Relatora.

modificado em 18/09/2015 às 10:53

Nossa Posição

DIVERGENTE

O PL transfere para as companhias aéreas (agentes privados) a obrigação de arcarem com os custos de uma medida que tem natureza eminentemente assistencial, no pressuposto de que os custos gerados pela gratuidade serão repassados aos usuários do transporte aéreo e não à sociedade, a quem cabe financiar a seguridade social, ou seja, o projeto cria benefício sem indicar a correspondente fonte de custeio total.

modificado em 18/09/2015 às 10:53

PL 4389/2004

Autor: Deputado João Campos (PSDB/GO)

Relator: Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO).

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Sim

Foco	gratuidade no transporte de cadáveres e órgãos humanos modificado em 18/09/2015 às 11:02
O que é	GRATUIDADE DO TRASLADO INTERESTADUAL DE CADÁVERES OU RESTOS MORTAIS HUMANOS, BEM COMO DE ÓRGÃOS E TECIDOS HUMANOS PARA FINS DE TRANSPLANTE, POR EMPRESAS BRASILEIRAS DE TRANSPORTE AÉREO. modificado em 18/09/2015 às 10:53
Situação	Aguardando realização de audiência pública modificado em 30/09/2015 às 10:56
Nossa Posição	DIVERGENTE O PL transfere para as companhias aéreas (agentes privados) a obrigação de arcarem com os custos de uma medida que tem natureza eminentemente assistencial, no pressuposto de que os custos gerados pela gratuidade serão repassados aos usuários do transporte aéreo e não à sociedade, a quem cabe financiar a seguridade social, ou seja, o projeto cria benefício sem indicar a correspondente fonte de custeio total. modificado em 18/09/2015 às 10:53

PL 1193/1995

Autor: JORGE ANDERS - PSDB/ES

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Sim

Notas Técnicas: Não

Foco	reduzir em 50% o valor das tarifas aéreas para as categorias de pessoas que menciona. modificado em 14/10/2015 às 19:02
O que é	Determina que os idosos com mais de sessenta anos, os aposentados, os pensionistas e os ex-combatentes serão beneficiados com 50% (cinquenta por cento) de desconto na compra de passagens aéreas, rodoviárias e ferroviárias, para deslocamentos intermunicipais, interestaduais e internacionais. modificado em 14/10/2015 às 19:01
Situação	Mesa Diretora. Aguardando inclusão na Pauta. 18/05/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - O projeto principal (PL 1967/1999) foi devolvido ao Relator, Dep. Sarney Filho (PV-MA). modificado em 11/09/2015 às 10:38

Nossa Posição

DIVERGENTE O projeto tem por finalidade instituir política social assistencialista, para obrigar as empresas a financiarem, com recursos próprios, os custos decorrentes de tal política. Todavia, não indica a necessária contrapartida da fonte de custeio pública, ou seja, perante tal omissão o pressuposto é que tal custo seja suportado exclusivamente pelas empresas transportadoras, inobstante já estarem as mesmas submetidas ao pagamento de elevados tributos (impostos e contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico) especialmente criados e destinados para a mesma finalidade. De regra sustenta-se que a adoção de políticas assistencialistas é compatível com o novo pacto social expresso na Constituição Federal de 1988, onde a República tem por fundamento construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais, além de promover o bem de todos (CF, art. 3º). Ocorre que, exceto no que se refere à gratuidade do transporte coletivo urbano para os maiores de 65 anos (CF, art. 230, § 2º), a Constituição determina que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de contribuições sociais especialmente instituídas para a mesma finalidade e que nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total (art. 195, caput e § 5º). A par disto, autoriza que sejam instituídas outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social (art. 195, § 4º), porém ressalva que neste caso devem ser observadas as disposições do art. 154, I, que autoriza a criação, mediante lei complementar, de impostos não previstos no seu art. 153, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos já discriminados. A proposição, portanto, não preenche os requisitos constitucionais exigidos para a sua aprovação, além do que, se convertida em lei, implicará no aumento dos preços das passagens aéreas, com prejuízo para os consumidores não alcançados pelo benefício social pretendido.

modificado em 14/10/2015 às 19:01

PL 1193/1995

Autor: JORGE ANDERS - PSDB/ES

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Sim

Notas Técnicas: Não

Foco

reduzir em 50% o valor das tarifas aéreas para as categorias de pessoas que menciona.

modificado em 14/10/2015 às 19:02

O que é

Determina que os idosos com mais de sessenta anos, os aposentados, os pensionistas e os ex-combatentes serão beneficiados com 50% (cinquenta por cento) de desconto na compra de passagens aéreas, rodoviárias e ferroviárias, para deslocamentos intermunicipais, interestaduais e internacionais.

modificado em 14/10/2015 às 19:01

Situação

TESTE ZOIO

modificado em 14/10/2015 às 18:57

Nossa Posição

DIVERGENTE O projeto tem por finalidade instituir política social assistencialista, para obrigar as empresas a financiarem, com recursos próprios, os custos decorrentes de tal política. Todavia, não indica a necessária contrapartida da fonte de custeio pública, ou seja, perante tal omissão o pressuposto é que tal custo seja suportado exclusivamente pelas empresas transportadoras, inobstante já estarem as mesmas submetidas ao pagamento de elevados tributos (impostos e contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico) especialmente criados e destinados para a mesma finalidade. De regra sustenta-se que a adoção de políticas assistencialistas é compatível com o novo pacto social expresso na Constituição Federal de 1988, onde a República tem por fundamento construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais, além de promover o bem de todos (CF, art. 3º). Ocorre que, exceto no que se refere à gratuidade do transporte coletivo urbano para os maiores de 65 anos (CF, art. 230, § 2º), a Constituição determina que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de contribuições sociais especialmente instituídas para a mesma finalidade e que nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total (art. 195, caput e § 5º). A par disto, autoriza que sejam instituídas outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social (art. 195, § 4º), porém ressalva que neste caso devem ser observadas as disposições do art. 154, I, que autoriza a criação, mediante lei complementar, de impostos não previstos no seu art. 153, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos já discriminados. A proposição, portanto, não preenche os requisitos constitucionais exigidos para a sua aprovação, além do que, se convertida em lei, implicará no aumento dos preços das passagens aéreas, com prejuízo para os consumidores não alcançados pelo benefício social pretendido.

modificado em 14/10/2015 às 19:01

PL 1193/1995

Autor: JORGE ANDERS - PSDB/ES

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Sim

Notas Técnicas: Não

Foco

reduzir em 50% o valor das tarifas aéreas para as categorias de pessoas que menciona.

modificado em 14/10/2015 às 19:02

O que é

Determina que os idosos com mais de sessenta anos, os aposentados, os pensionistas e os ex-combatentes serão beneficiados com 50% (cinquenta por cento) de desconto na compra de passagens aéreas, rodoviárias e ferroviárias, para deslocamentos intermunicipais, interestaduais e internacionais.

modificado em 14/10/2015 às 19:01

Situação

TESTE 2 ZOIO

modificado em 14/10/2015 às 19:01

Nossa Posição

DIVERGENTE O projeto tem por finalidade instituir política social assistencialista, para obrigar as empresas a financiarem, com recursos próprios, os custos decorrentes de tal política. Todavia, não indica a necessária contrapartida da fonte de custeio pública, ou seja, perante tal omissão o pressuposto é que tal custo seja suportado exclusivamente pelas empresas transportadoras, inobstante já estarem as mesmas submetidas ao pagamento de elevados tributos (impostos e contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico) especialmente criados e destinados para a mesma finalidade. De regra sustenta-se que a adoção de políticas assistencialistas é compatível com o novo pacto social expresso na Constituição Federal de 1988, onde a República tem por fundamento construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais, além de promover o bem de todos (CF, art. 3º). Ocorre que, exceto no que se refere à gratuidade do transporte coletivo urbano para os maiores de 65 anos (CF, art. 230, § 2º), a Constituição determina que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de contribuições sociais especialmente instituídas para a mesma finalidade e que nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total (art. 195, caput e § 5º). A par disto, autoriza que sejam instituídas outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social (art. 195, § 4º), porém ressalva que neste caso devem ser observadas as disposições do art. 154, I, que autoriza a criação, mediante lei complementar, de impostos não previstos no seu art. 153, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos já discriminados. A proposição, portanto, não preenche os requisitos constitucionais exigidos para a sua aprovação, além do que, se convertida em lei, implicará no aumento dos preços das passagens aéreas, com prejuízo para os consumidores não alcançados pelo benefício social pretendido.

modificado em 14/10/2015 às 19:01
